

PLANO DE GESTÃO ANUAL DA ARSESP 2025



PLANO DE GESTÃO ANUAL DA ARSESP 2025

2024. Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo.

ELABORAÇÃO E INFORMAÇÕES

Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo.

Secretaria Executiva – SE

Rua Cristiano Viana, 420

01311-300

São Paulo – SP

Telefone: +55(11)3204-5100

<https://www.arsesp.gov.br>

DIRETOR-PRESIDENTE

Thiago de Mesquita Nunes

CONSELHO DIRETOR

Amauri Gavião A. Marques da Silva

Gustavo Zarif Frayha

Thiago Roberto Magalhães Veloso

Daniel Antonio Narzetti

SUPERINTENDÊNCIAS

Luiz Antonio de Oliveira Junior

Luiza Kaschny Borges Burgardt

Marcelo de Guimarães Santos

Carina Aparecida Lopes Couto

Eduardo Sormanti Hassin

Maurício Loureiro

Jefferson Leão de Meirelles

Raisa Reis Rempel

SECRETARIA EXECUTIVA

Mirian Di Paula

OUVIDOR

Paulo Arthur Lencioni Goes

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	7
1.1	CONTEXTO DA ARSESP	7
1.2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
1.3	CADEIA DE RESULTADO	10
1.4	METODOLOGIA	11
2.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ARSESP.....	14
2.1	MAPA ESTRATÉGICO	14
3.	AGENDA REGULATÓRIA.....	16
4.	PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.....	27
5.	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2025.....	38
5.1	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES	38
5.2	RESUMO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRA.....	39
6.	INDICADORES E METAS.....	42
6.1	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA.....	42
6.2	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO	43
6.4	NOVOS SERVIÇOS DELEGADOS ATRIBUÍDOS PELA LEI 17.293/2020.....	50
6.6	AÇÕES INSTITUCIONAIS E DE RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO.	54
6.7	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO.....	56
6.8	INDICADORES DE RESULTADO DO PROGRAMA.....	60
7.	GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	61

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1. Organograma	9
Figura 2. Cadeia de Resultado.....	11
Figura 3. Mapa Estratégico	14
Figura 4. Quantidade de contratações e valor estimado.....	28
Figura 5. Soma do valor total estimado dos itens por categoria	29
Figura 6. Soma do valor total estimado por nome da classificação superior.	29
Tabela 1. Agenda Regulatório Biênio 2025-2026.....	18
Tabela 2. Relação das contratações previstas PCA 2025	31

1

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO DA ARSESP

A Arsesp é uma autarquia sob regime especial, dotada de autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira, criada pela Lei Complementar Estadual nº 1.025 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.455, ambos de 7 de dezembro de 2007. A Lei 1.413 de 23 de setembro de 2024, atualiza a Lei de Criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) e define algumas diretrizes específicas para sua atuação. A lei aprimora o papel da ARSESP no sentido de fortalecer sua atuação como Agência reguladora, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico, à distribuição de gás canalizado e à energia elétrica.

Um dos principais objetivos da lei é assegurar que a ARSESP tenha mais autonomia e capacidade para regular, fiscalizar e assegurar a qualidade dos serviços prestados nesses setores, promovendo a eficiência e transparência. Com isso, a ARSESP tem melhores condições para proteger os interesses dos consumidores e garantir a melhoria contínua dos serviços públicos essenciais.

Além disso, a lei inclui diretrizes sobre a adaptação às mudanças regulatórias nacionais, como o Novo Marco Legal do Saneamento Básico, promovendo maior convergência com as normas e políticas federais de saneamento.

Vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo, a Arsesp tem competência legal para:

- regular, controlar e fiscalizar os **serviços de distribuição de gás canalizado** e, preservadas as competências e prerrogativas municipais, os **serviços de saneamento básico** de titularidade estadual ou serviços de competência municipal, delegados por convênio à Arsesp;
- fiscalizar os **serviços de energia elétrica**, de competência da União, por meio de convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel);
- exercer a regulação e a fiscalização de **outros serviços delegados pelo Estado** (à exceção dos serviços

de rodovias e transportes).

Atuando de forma técnica, transparente e independente, a Agência busca:

- estabelecer normas e padrões que otimizem a prestação dos serviços regulados;
- estimular a eficiência e a melhoria constante da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias;
- assegurar o equilíbrio econômico-financeiro e o efetivo cumprimento dos contratos de concessão;
- fazer cumprir as regras estabelecidas em contratos e regulamentos, aplicando penalidades quando necessário;
- informar os direitos e deveres dos usuários com relação aos serviços recebidos;
- aproximar a regulação da sociedade;
- assegurar tarifas justas para os usuários;
- estimular a expansão, a excelência e a universalização dos serviços públicos regulados.

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura da Arsesp passa a ser composta pelos seguintes órgãos:

- I - Conselho Diretor;
- II - Ouvidoria;
- III - Procuradoria;
- IV – Corregedoria.

O Conselho Diretor é a instância máxima da Arsesp, a quem compete liderar e coordenar as demais unidades da estrutura organizacional, bem como estabelecer as diretrizes estratégicas que devem nortear sua atuação.

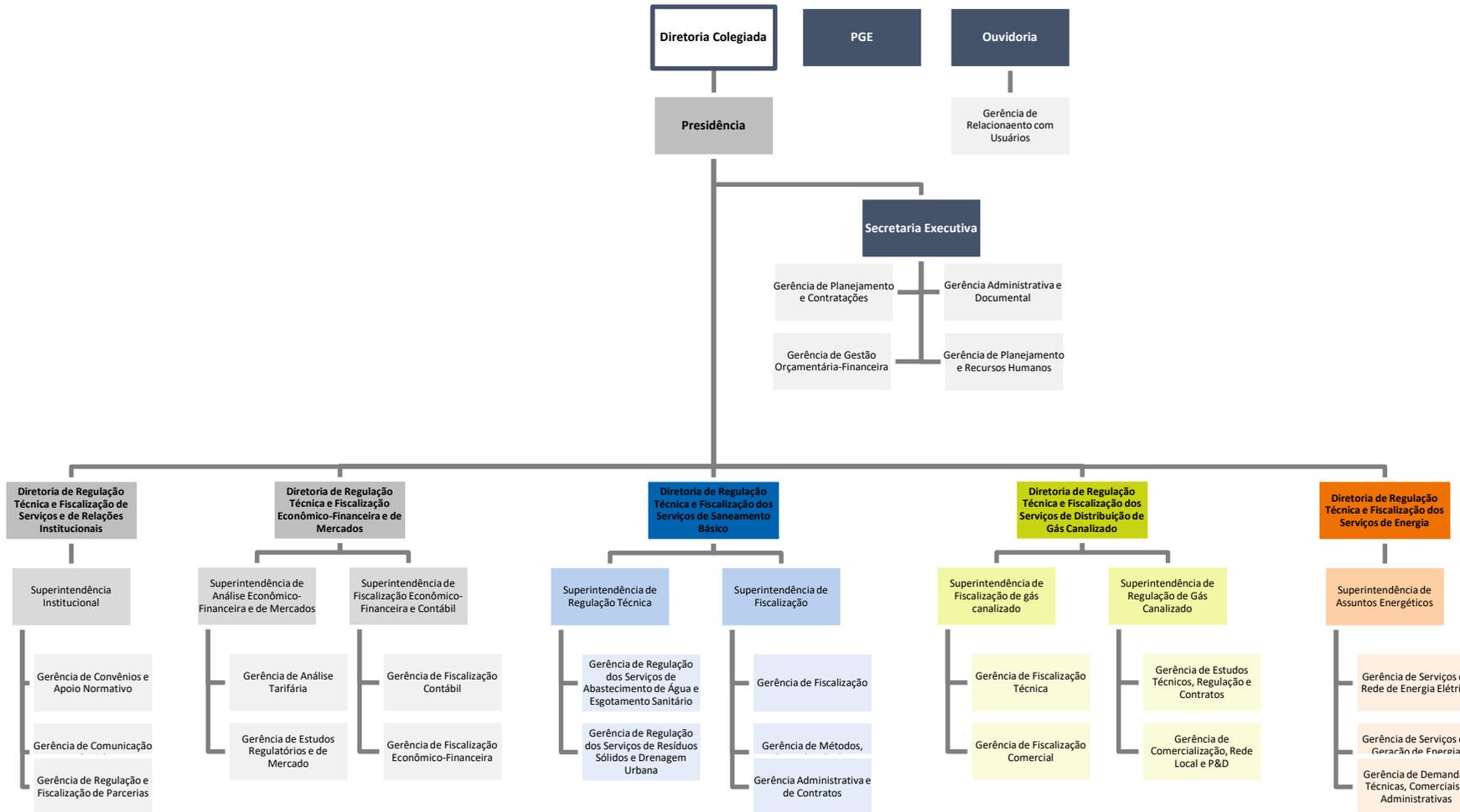
Superintendências

Gerências

Secretaria Executiva

Ouvidoria

Figura 1. Organograma



Organograma vigente de acordo com o decreto estadual nº 52.455/2007 e Regimento Interno aprovado na Deliberação nº 1.508/2024.

1.3 CADEIA DE RESULTADO

A cadeia de resultados da ARSESP pode ser estruturada considerando sua missão, objetivos estratégicos e os impactos que busca gerar no setor público e na sociedade.

Cadeia de Resultados da ARSESP

1. Entradas (Recursos)

Humanos: Corpo técnico especializado em regulação e fiscalização.

Financeiros: Recursos alocados para atividades regulatórias e administrativas.

Tecnológicos: Sistemas de gestão e monitoramento (SAFI, SIMPPA).

Legais: Normativos e leis que embasam as atividades da Agência.

2. Atividades

Regulação técnica e econômica dos setores de: gás canalizado, saneamento básico e outros serviços delegados pelo Estado (Parques, loterias, escolas..).

Fiscalização do cumprimento de contratos e padrões de qualidade.

Promoção de audiências públicas e consultas para engajamento social.

Produção de relatórios técnicos e pareceres.

Mediação de conflitos entre concessionárias e usuários.

Comunicação institucional para aumentar transparência.

3. Produtos

Relatórios de fiscalização e indicadores de desempenho.

Normas técnicas e regulatórias atualizadas.

Pesquisas de satisfação dos usuários.

Publicação de resultados e deliberações no site e no Diário Oficial.

Soluções para conflitos administrativos.

Treinamentos e capacitações internas.

4. Resultados (Curto e Médio Prazo)

Imediatos:

Maior controle e fiscalização sobre concessionárias.

Resolução de demandas dos usuários com maior eficiência.

Disseminação de normas e melhores práticas no setor regulado.

Intermediários:

Aumento da conformidade das concessionárias com os contratos e padrões estabelecidos.

Redução de falhas na prestação de serviços regulados.

Fortalecimento da confiança entre usuários e prestadores de serviços.

5. Impactos (Longo Prazo)

Melhoria contínua na qualidade dos serviços públicos regulados.

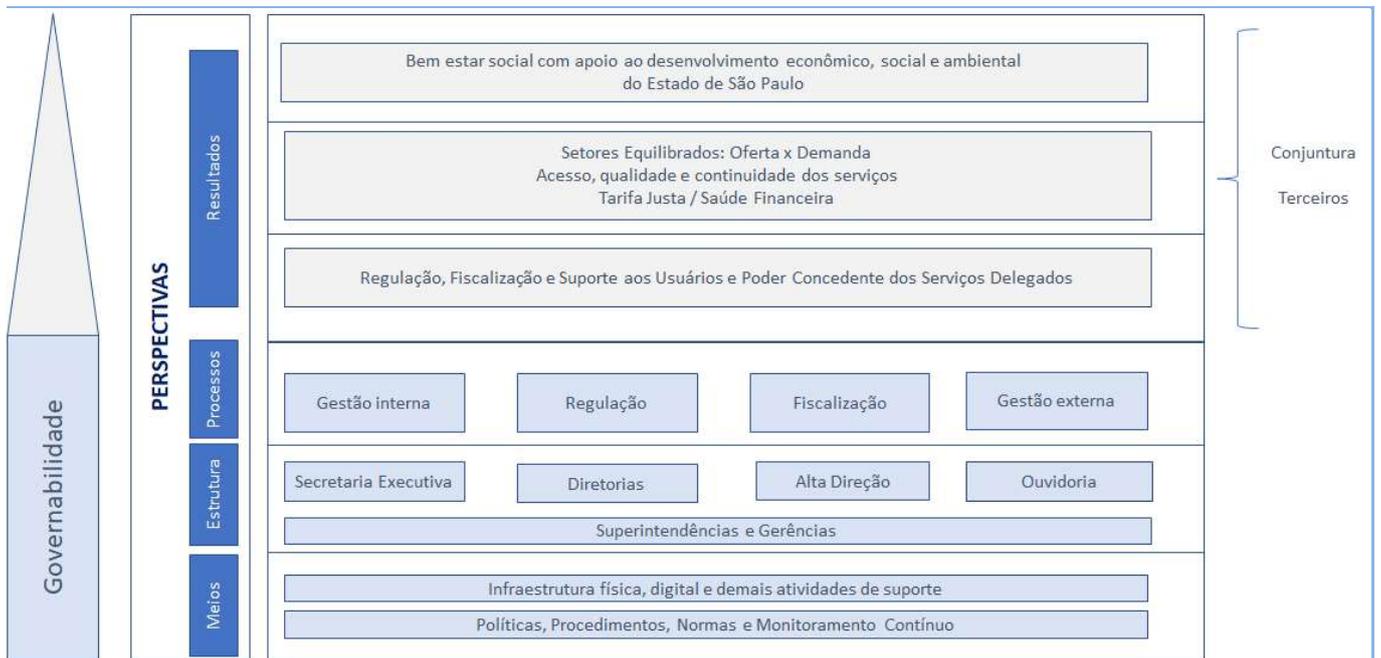
Garantia de eficiência econômica e modicidade tarifária.

Transparência e prestação de contas ao público e órgãos de controle.

Desenvolvimento sustentável dos setores de energia, gás, saneamento e demais serviços delegados.

Satisfação e confiança da sociedade nos serviços públicos.

Figura 2. Cadeia de Resultado



1.4 METODOLOGIA

O Plano de Gestão Anual (PGA), introduzido pela Lei 1.413 de 23 de setembro de 2024, é o instrumento de planejamento que consolida as ações, resultados e metas relacionados aos processos finalísticos e de

gestão da Agência, estando alinhado ao Plano Estratégico da Arsesp.

Segundo a Lei, o PGA deve ser alinhado ao Plano Estratégico e conter resultados esperados e metas relacionadas tanto aos processos de gestão quanto aos processos finalísticos, incluindo metas administrativas, operacionais e de fiscalização, bem como a estimativa de recursos orçamentários e o cronograma de desembolso dos recursos financeiros, além de contemplar a Agenda Regulatória.

O PGA 2024 apresenta as metas e os resultados de curto prazo da Arsesp e será monitorado semestralmente, permitindo o acompanhamento do seu avanço pelo Conselho Diretor e pela sociedade.

2

PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO DA ARSESP

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA ARSESP

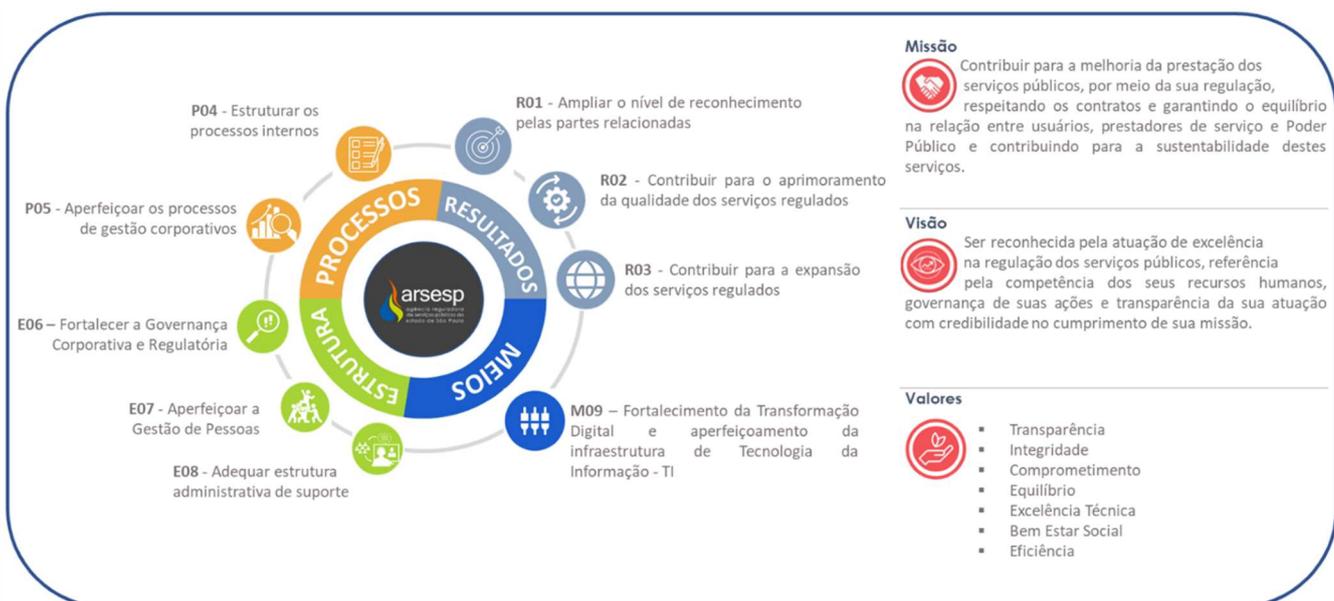
2.1 MAPA ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico estabelece as iniciativas firmadas pela Arsesp junto à sociedade e enquanto autarquia de Estado.

O Mapa Estratégico da Arsesp, apresentado a seguir, contempla um conjunto de objetivos que orientam a atuação da Agência por meio de quatro perspectivas essenciais e integradas – Resultados, Meios, Estrutura e Processos –, constituindo diretrizes expressas para o cumprimento da missão e o alcance de visão de futuro, alicerçado nos valores que permeiam nossa instituição.

O Plano de Gestão Anual da Arsesp que está alinhado ao Planejamento Estratégico, direciona os esforços empreendidos pelas unidades no sentido do cumprimento da sua Missão institucional e no alcance de sua Visão de Futuro.

Figura 3. Mapa Estratégico da Arsesp



3

A AGENDA REGULATÓRIA DA ARSESP

3. AGENDA REGULATÓRIA

A Agenda Regulatória da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP é um documento de planejamento que tem como objetivo trazer maior transparência, previsibilidade e eficiência às atividades de regulação e fiscalização da Agência. Essa agenda é geralmente elaborada em ciclos bianuais e inclui uma lista de temas e iniciativas prioritárias que a ARSESP pretende tratar em um período específico.

Objetivos e Importância

A agenda regulatória tem o propósito de:

- **Definir como prioridades** da ARSESP no âmbito dos setores regulados, como saneamento básico, gás canalizado e energia elétrica.
- **Promover a participação social**, uma vez que o processo de elaboração da agenda inclua a consulta e a participação de diferentes partes interessadas, incluindo consumidores, empresas parceiras e especialistas do setor.
- **Aumentar a transparência**, ao divulgar claramente os temas que serão abordados e as etapas previstas para sua implementação.

Principais temas

A agenda pode incluir detalhes como:

- Revisões tarifárias e reajustes de preços.
- Atualização de normas técnicas e operacionais.
- Projetos de regulação relacionados à sustentabilidade e eficiência energética.
- Avaliação e aprimoramento de contratos de concessão e serviços públicos.
- Monitoramento de indicadores de desempenho e qualidade dos serviços.

Processo de Elaboração

A elaboração da agenda regulatória é participativa e passa por etapas que podem incluir:

1. **Consulta pública prévia**, para coletar contribuições de partes interessadas.
2. **Análise e priorização** dos temas sugeridos.

3. **Aprovação e publicação** da agenda final.

Uma agenda é importante porque permite que às empresas e ao público se preparem para as mudanças regulatórias futuras, auxiliando na tomada de decisões estratégicas e no alinhamento com as diretrizes da ARSESP.

Essa prática contribui para uma regulação mais previsível e alinhada com as melhores práticas de governança, fortalecendo a confiança no trabalho da ARSESP e promovendo um ambiente de cooperação entre entidades.

A Agenda Regulatória biênio 2025-2026 está em fase de finalização das análises das contribuições recebidas durante a consulta pública. O relatório circunstanciado, e a Agenda Regulatória final está prevista para ser publicada em janeiro de 2025, e atualizará a carteira descrita neste documento.

A carteira atual de projetos da Arsesp é formada pelos seguintes projetos.

Tabela 1: Agenda Regulatória

LISTA PRELIMINAR DE PROJETOS PARA COMPOR A AGENDA REGULATÓRIA ARSESP PARA O BIÊNIO 2025-2026

NOVOS PROJETOS REGULATÓRIOS					
EIXO TEMÁTICO	TÍTULO	OBJETIVO	FOCO DE ATUAÇÃO	PRAZO	DIRETORIA RESPONSÁVEL E NÚMERO DO PROJETO
Saneamento Básico	Desenvolvimento do Manual de Fiscalização para Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Elaborar um manual de fiscalização que inclua deliberações, normas técnicas, critérios de avaliação e as possíveis ações (recomendação, determinação ou não conformidade) diante de fatos constatados.	Regulação	Jan./2025 a dez./2025	DS 21
Saneamento Básico	Desenvolvimento de Indicador de Conformidade na Execução de Reposição de Pavimento (Icerp)	Desenvolver um indicador de conformidade para verificar a qualidade da reposição de pavimento conforme legislações municipais ou normativas aplicáveis, com apoio de agentes municipais para a fiscalização, e registro em sistema específico para gestão e processamento das constatações.	Regulação	Jan./2025 a dez./2025	DS 22
Saneamento Básico	Estudo de A&E sobre Soluções Alternativas de Saneamento para áreas rurais e núcleos urbanos informais.	Realizar um estudo de alternativas de saneamento, individuais ou coletivas, que considerem as especificidades dos usuários dentro da área atendível, especialmente em áreas rurais e núcleos urbanos informais onde os sistemas tradicionais não são viáveis.	Estudos Técnicos	Jan./2025 a jun./2026	DS 23
Saneamento Básico	Avaliação do Serviço Adequado para a Prestação dos Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos.	Definir metodologia para avaliação da prestação dos serviços do manejo de resíduos sólidos, por meio do estabelecimento do conceito de serviço adequado, considerando as normas de	Regulação; Fiscalização	Jan./2025 a dez./2025	DS 24

		regulação e a legislação aplicável, de forma que os resultados dos processos fiscalizatórios possam ser comparáveis cronologicamente entre si e entre terceiros (regulação por exposição).			
Saneamento Básico	Publicação de um guia contendo as diretrizes regulatórias mínimas para o planejamento, articulação com outros instrumentos para a prestação e para a gestão dos serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	Elaborar um guia que contemple as diretrizes regulatórias mínimas para orientar titulares e prestadores dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, abordando temas como o planejamento e a articulação com outros instrumentos de planejamento, a operação e manutenção, e o mapeamento das informações relevantes para a gestão desses serviços.	Regulação Estudos Técnicos	Jan./2025 a dez./2025	DS 25
Saneamento Básico	Revisão do Manual de Elaboração e Avaliação do Programa de P&D Tecnológico para Inovação em Saneamento Básico	Atualizar o Manual visando aprimorar as diretrizes, critérios e metodologia para avaliação, monitoramento e aprovação de projetos.	Regulação	Jan./2025 a dez./2025	DS 26
Saneamento Básico	Atualização na Metodologia de Certificação Anual de Investimentos do Setor de Saneamento Básico	Atualizar a metodologia de certificação anual de investimentos do setor de saneamento básico, descrita na Deliberação Arsesp nº 1.488/2024, de maneira a adequar às situações e critérios previstos no novo contrato da Sabesp.	Regulação; Fiscalização; Econômico-financeiro	Jan./2025 a dez./2025	DEF 17
Saneamento Básico	Estabelecimento de critérios para reconhecimento tarifário dos Programas Comerciais - Novo Contrato da Sabesp	Estabelecer os critérios para reconhecimento tarifário dos descontos praticados a grandes usuários em modificação à Deliberação Arsesp nº 1.150 de 08 de abril de 2021 para a URAE-1	Regulação; Fiscalização; Econômico-financeiro	Jan./2025 a jun./2025	DEF 18
Saneamento Básico	Regulamentação da cobrança de tarifa de água e esgotamento sanitário pela disponibilidade da rede pública	Disciplinar a forma e os critérios de cobrança de tarifa de água e esgotamento sanitário dos usuários com disponibilidade de rede pública, ainda que não estejam conectados à rede pública, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.445/2007.	Regulação; Fiscalização; Econômico-financeiro	Jan./2025 a jun./2025	DEF 19
Saneamento Básico	Mapeamento das Atribuições dos Municípios da URAE 1 no Novo Contrato de Concessão da	Mapear e analisar as atribuições dos municípios da URAE 1, que decorram expressa ou implicitamente do novo Contrato de	Estudos Técnicos	Fev./2025 a dez./2025	DRI 16

	Sabesp, com Foco na Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Objetivando Desenvolver Ações de Comunicação para os Municípios	Concessão da Sabesp, quanto à universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário, notadamente para a regularização de núcleos urbanos informais, e elaborar estudo para desenvolver ações de comunicação junto aos Municípios com o propósito de colaborar com a universalização.			
Gás Canalizado	Estabelecimento de Modelo Padrão de Termo de Utilização de Interconexão (TUI)	Estabelecer um modelo padrão de Termo de Utilização de Interconexão (TUI), a ser celebrado entre o fornecedor de biometano e a concessionária de distribuição de gás, com o objetivo de definir as cláusulas essenciais do instrumento, e as garantias financeiras quanto aos investimentos necessários para a interconexão do fornecedor de biometano à rede de distribuição.	Regulação	Jun./2025 a nov./2026	DG 17
Gás Canalizado	Estudos Regulatórios para ações que Estimulem o Uso de Gás Natural e de Biometano como Ferramenta Essencial à Transição Energética.	Elaborar estudos regulatórios para embasar futuras ações de estímulo ao uso de gás natural e de biometano, objetivando a transição energética para substituição de combustíveis e energéticos mais poluentes, como o diesel.	Estudos Técnicos	Mar./2025 a dez./2026	DG 18
Econômico-Financeiro e Mercados	Atualização e Disponibilização do Manual de Fiscalização Econômico-financeiro e Contábil	Atualizar o Manual de Fiscalização Econômico-financeiro e Contábil e disponibilizar para consulta dos agentes internos e externos.	Fiscalização; Econômico-financeiro	Jan./2025 a jun./2026	DEF 20
Parques e Novos Serviços	Deliberação sobre Atendimento aos Usuários dos Novos Serviços Regulados	Qualificar e padronizar o atendimento aos usuários prestado pelas concessionárias dos novos serviços regulados pela Arsesp.	Regulação	Jun./2025 a dez.2026	DRI 17
Parques e Novos Serviços	Deliberação sobre Padronização de Requisitos Mínimos da Garantia de Execução e das Apólices de Seguros dos Contratos de Concessão dos Novos Serviços Regulados	Estabelecer critérios padronizados para a contratação de garantia de execução e das apólices de seguro pelas concessionárias dos novos serviços regulados pela Arsesp, garantindo a proteção adequada dos bens públicos e a conformidade com as exigências contratuais.	Regulação	Jan./2025 a dez./2025	DRI 18

Parques e Novos Serviços	Deliberação sobre o procedimento e as condições para apuração do desequilíbrio e reequilíbrio econômico-financeiro dos Novos Serviços Regulados.	Estabelecer o procedimento e as condições para apuração do desequilíbrio e reequilíbrio econômico-financeiro, incluindo procedimento de natureza cautelar nos contratos de concessão dos Novos Serviços Regulados regulados pela Arsesp.	Regulação; Econômico-financeiro	Jan./2025 a dez./2025	DRI 19
Ouvidoria e Relações Institucionais	Estudo sobre Iniciativas para Fomentar a Interação e a Participação Social Ativa nos Processos Regulatórios	Conhecer novos instrumentos que ajudem a ampliar a interação da Arsesp com o público externo e fomentar a mais ampla participação da sociedade em ações regulatórias, que resultem em maior engajamento, controle social e efetividade do processo regulatório.	Estudos técnicos	Fev./2025 a dez./2026	DRI 20
Ouvidoria e Relações Institucionais	Criação do Manual de Padronização de Atos Normativos da Arsesp	Padronizar e uniformizar a linguagem utilizada na elaboração de atos normativos internos e externos e de normas e relatórios dos serviços regulados pela Arsesp, tendo em vista melhorar a qualidade regulatória e o modelo de gestão da Arsesp.	Estudos Técnicos	Jan./2025 a dez./2026	DRI 21
Ouvidoria e Relações Institucionais	Criação, construção e publicação de um Novo Site para a Arsesp	Desenvolver um novo <i>site</i> para a Arsesp, com o objetivo de modernizar e aprimorar a comunicação digital da Agência. O <i>site</i> será elaborado considerando as seguintes diretrizes: (a) inclusão dos novos serviços regulados pela Arsesp, assegurando a integração eficiente e clara de informações relacionadas a todas as áreas de regulação e fiscalização; (b) foco na experiência do usuário, com a implementação de funcionalidades que facilitem o acesso e a navegação, visando atender de forma mais eficaz as necessidades dos usuários dos serviços regulados e do público em geral; (c) reforço da transparência, por meio da disponibilização acessível e ágil de informações regulatórias, decisões e demais conteúdos relevantes, em conformidade com as melhores práticas de governança pública; (d) adoção dos princípios de linguagem simples e <i>design</i> inclusivo e responsivo, garantindo que a comunicação seja clara, acessível e visualmente atraente em múltiplos dispositivos; (e) atendimento às exigências da Lei Complementar Estadual nº 1.413/2024, incluindo adequações específicas quanto à migração de regime jurídico e	Regulação	Jan./2025 a dez./2026	DRI 22

		demais obrigações legais, de forma a assegurar plena conformidade com a legislação vigente.			
--	--	---	--	--	--

PROJETOS DA AR 2024-2025, COM PRAZO PREVISTO DE CONCLUSÃO EM 2025

EIXO TEMÁTICO	TÍTULO	OBJETIVO	FOCO DE ATUAÇÃO	PRAZO	DIRETORIA RESPONSÁVEL E NÚMERO DO PROJETO
Saneamento Básico	Criação de Deliberação de Processo Administrativo de Termo/Convênio de Cooperação para Regulação e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Criação de Deliberação de Processo Administrativo de Termo/Convênio de Cooperação para Regulação e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico	Regulação	Mai./2024 a nov./2025	DRI 11
Saneamento Básico Gás Canalizado	Estudo sobre Sanções no Âmbito da Regulação Econômico-financeira	Propor a normatização de aspectos sancionatórios no âmbito da regulação econômico-financeira	Regulação; Fiscalização; Econômico-financeiro	Jan./2024 a dez./2025	DEF 10
Gás Canalizado	Estudos para a Definição e o Delineamento dos Tipos de <i>Swap</i>	Identificar os possíveis modelos para operações de swap para gás natural e biometano, previstas na Deliberação Arsesp nº 1.105/2020, a fim de delinear a regulação necessária, em conformidade às suas condições contratuais, comerciais e operacionais.	Regulação Estudos Técnicos	Jan./2025 a dez./2025	DG 12
Gás Canalizado	Estudos sobre a Regulação e a Modelagem dos Projetos para Inserção de Biometano nas Redes de Gás Canalizado	Desenvolver estudo para proposição de ações regulatórias sobre a modelagem dos projetos que visam a inserção de biometano nas redes de gás	Estudos Técnicos	Out./2024 a dez./2025	DG 16

		canalizado do estado de São Paulo.			
Ouvidoria e Relações Institucionais	Estudo para Implantação, na Arsesp, de Centro de Controle de Informações (CCI), para Monitoramento em Tempo Real de Parâmetros de Operação, Indicadores de Funcionamento e Desempenho da Rede de Infraestrutura Implantada no Estado de São Paulo	Propiciar as condições técnicas e tecnológicas para o controle integrado dos parâmetros de operação e dos indicadores de funcionamento e desempenho da rede de infraestrutura de serviços públicos no Estado de São Paulo, que permita: (1) o monitoramento em tempo real e a análise técnica dos dados operacionais e dos indicadores compartilhados pelos Centros de Controle de Operações (CCO) das concessionárias de serviços públicos fiscalizados pela Agência; (2) o gerenciamento de dados e recursos operacionais em circunstâncias normais e anormais, a fim de garantir a imediata tomada de decisão e resposta em situações de risco, interrupção ou suspensão dos serviços; (3) o fornecimento de dados e informações seguras e pontuais, em subsídio às atividades fiscalizatórias da Agência; e (4) a divulgação de informações relevantes e de alertas à sociedade.	Regulação; Fiscalização	Jul./2024 a dez./2025	DRI 15
Ouvidoria e Relações Institucionais	Atualização da Deliberação Arsesp nº 947/2019	Atualizar e aprimorar a norma vigente, incluindo novos conceitos e procedimentos decorrentes da implantação do Projeto de Digitalização do SAU-Arsesp; revisar o disposto no "Capítulo VI – Dos Indicadores de Qualidade do Atendimento", considerando o artigo 32 da Deliberação.	Regulação; Fiscalização	Abr./2024a jun./2025	OUV 1

PROJETOS DA AR 2024-2025, REMANEJADOS PARA A AGENDA 2025-2026

EIXO TEMÁTICO	TÍTULO	OBJETIVO	FOCO DE ATUAÇÃO	PRAZO	DIRETORIA RESPONSÁVEL E NÚMERO DO PROJETO
Saneamento Básico	Inspeção Acreditada: Desenvolvimento de Piloto e Metodologia de Regulamentação	Estabelecer uma metodologia a ser utilizada na certificação e validação de ativo regulatório e avaliar a aplicação em um projeto-piloto do modelo baseado na Portaria Inmetro nº 367 de 2019	Regulação	Jan./2025 a dez./2026	DS 17
Saneamento Básico	Metodologia de Cálculo do Custo de Capital para os Setores Regulados	Reavaliar as metodologias para definição dos critérios de cálculo do custo médio ponderado de capital (WACC) nos setores de gás canalizado e de custo de capital para saneamento básico.	Regulação; Estudos Técnicos; Econômico-financeiro	1º sem./2025	DEF 12
Gás Canalizado	Estudo para Devolução de Créditos Oriundos da Aplicação de PIS/Cofins sobre ICMS nas Faturas de Gás Canalizado	Dar tratamento regulatório aos créditos de PIS/Cofins sobre ICMS obtidos pelas concessionárias de gás canalizado	Regulação; Estudos Técnicos; Econômico-financeiro	1º sem./2025	DEF 3

Objetivo Estratégico	
Monitorar e avaliar a eficácia e a eficiência das ações regulatórias planejadas e em execução. Esse indicador serve para garantir que os projetos programados, que visam a implementação de novas normas, atualizações ou ajustes regulatórios, estejam sendo cumpridos dentro dos prazos definidos e com os recursos adequados.	
Macroprocesso Organizacional	
Regulação	
Objetivo Tático	Dar cumprimento ao planejamento regulatório
Meta	Alcançar 100 % do índice de execução geral da Agenda Regulatória
Indicador	Índice de execução geral da Agenda Regulatória
Descrição	Mede o percentual de execução geral da Agenda Regulatória da ARSESP, como a média do percentual de execução das ações que a compõem. O percentual de avanço de cada ação é ponderado pelo peso atribuído a cada etapa.

O cumprimento do planejamento regulatório reflete a concentração de esforços em torno de ações sinalizadas para os setores regulados e a sociedade em geral como sendo prioritárias, por meio de sua divulgação na Agenda Regulatória.

4

PLANO ANUAL DE
CONTRATAÇÕES

4. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Plano de Contratações Anual (PCA) da ARSESP para 2025 tem como objetivo garantir a transparência e a eficiência nas aquisições realizadas pela Agência, conforme as normas legais e regulamentares aplicáveis. O PCA é uma ferramenta estratégica, alinhada ao planejamento orçamentário e à execução das atividades da ARSESP, visando assegurar a contratação de bens, serviços e obras necessários para o cumprimento de sua missão institucional.

Aspectos Relevantes do PCA da ARSESP para 2025

Em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, que estabelece o novo marco legal de licitações e contratos administrativos, e com as diretrizes do **Decreto Estadual nº 65.235/2020**, que regulamenta a execução de contratos no âmbito do Estado de São Paulo, a ARSESP seguirá os seguintes princípios em seu plano de contratações:

Planejamento e Transparência: O PCA será publicado através do Portal Nacional de Contratações Públicas com link de acesso no site da ARSESP, garantindo que todos os processos de contratação sejam previamente planejados e devidamente justificados. Além disso, estará alinhado com a Lei Complementar nº 1.413 de 23 de setembro de 2024, que assegura a autonomia administrativa e orçamentária da ARSESP, e com os objetivos da Agência em termos de eficiência, transparência e legalidade.

Categorias de Contratação: O plano abrange diversos tipos de contratações, como serviços técnicos especializados, contratos de tecnologia da informação, aquisições de materiais permanentes e de consumo, além de serviços de consultoria e capacitação, todos essenciais para o desenvolvimento das atividades da ARSESP.

Alinhamento com o Planejamento Orçamentário: O PCA de 2025 foi elaborado com base nas diretrizes do **Plano Plurianual (PPA)** e do **Orçamento Anual (LOA)**, com previsões de investimentos compatíveis com os recursos financeiros disponibilizados para o ano.

Atenção ao Controle Interno: A ARSESP dará especial atenção à conformidade com as **Lei Estadual nº 14.019/2006** (Lei de Responsabilidade Fiscal) e à **Lei Estadual nº 10.177/1998** (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual), que estabelece as normas gerais para a

gestão fiscal no âmbito do Estado de São Paulo. Estas leis garantem que as contratações sejam fiscalizadas e acompanhadas de perto, assegurando a boa aplicação dos recursos públicos.

Objetivos do PCA 2025

Fortalecer a Regulação: Garantir a contratação de serviços e tecnologias que permitam à ARSESP ampliar sua capacidade de fiscalização e regulação dos serviços públicos.

Melhorar a Eficiência Operacional: Ao contratar serviços e insumos necessários, a ARSESP visa otimizar suas operações, com foco na melhoria contínua dos serviços regulados, como saneamento básico, energia elétrica, gás canalizado e outros serviços delegados como parques, escolas, hospitais, loterias e outros que vierem a ser delegados .

Apoiar a Capacitação: O plano prevê investimentos em cursos de formação e aperfeiçoamento para os colaboradores da ARSESP, buscando elevar a qualidade técnica do corpo funcional da Agência. O Plano Anual de Contratações de 2025 da ARSESP se orientará por uma gestão estratégica e transparente, com foco na eficiência dos serviços prestados à população, sempre respeitando a legislação vigente e os princípios de governança pública. O planejamento adequado das contratações assegura que os recursos públicos sejam utilizados de forma responsável e com o máximo de eficiência.

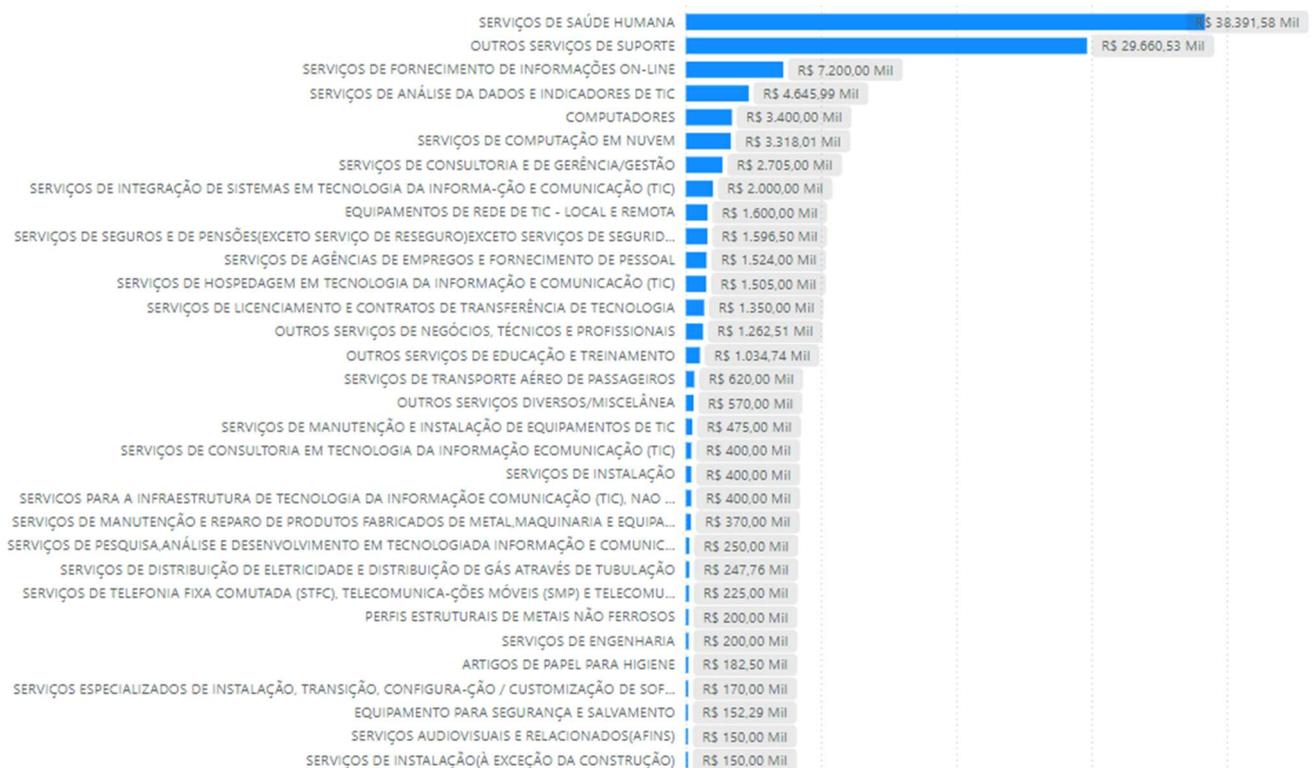
Figura 4 – Quantidade de contratações e valor estimado.



Figura 5 – Soma do valor total estimado dos itens por categoria.



Figura 6 – Soma do valor total estimado por nome da classificação superior.



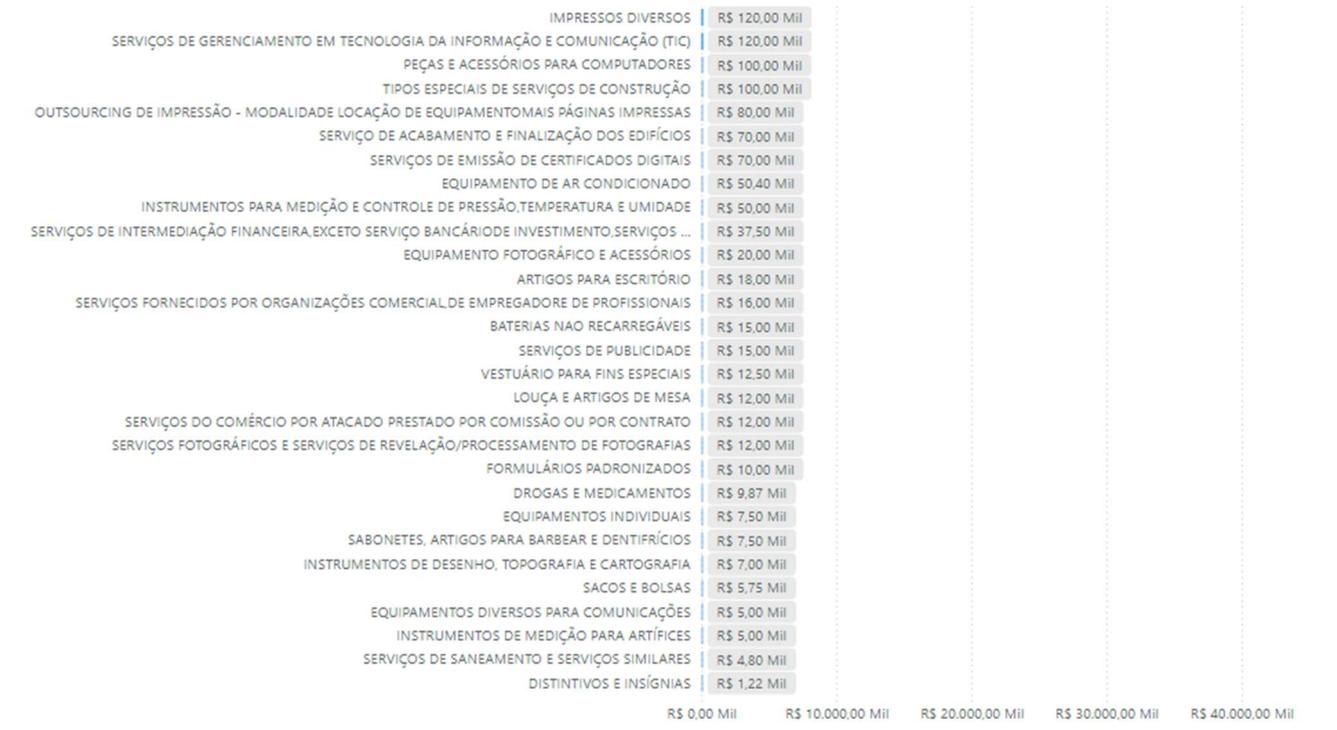


Tabela 2. Relação das contratações previstas PCA 2025

Categoria do Item	Nome da Futura Contratação	Valor Total Estimado (R\$)	Data Desejada
Material	Aquisição de copos descartáveis	12.000,00	15/08/2025
Material	Aquisição de material de escritório	18.000,00	12/09/2025
Material	Walk Talk (rádio comunicador) - conjunto	5.000,00	07/11/2025
Material	Empresa para fornecimento e instalação de vidro e guarda corpo na entrada da sede	70.000,00	05/06/2025
Material	Aquisição de vestuário: camisa polo e jaqueta com identidade visual	5.000,00	07/08/2025
Material	Aquisição de vestuário: camisa polo e jaqueta com identidade visual	7.500,00	07/08/2025
Material	Aquisição de Bolsa porta EPI's	7.500,00	09/09/2025
Material	Aquisição de Câmera fotográfica digital	20.000,00	15/05/2025
Material	Aquisição de pilhas	15.000,00	30/06/2025
Material	Aquisição Trena digital para triangulação - Hipsômetro	7.000,00	20/05/2025
Material	Aquisição de protetor para assento sanitário	7.500,00	29/08/2025
Material	Aquisição de sacos para descarte de absorventes	5.750,00	29/08/2025
Material	Aquisição de papel toalha	125.000,00	20/06/2025
Material	Compra e aplicação de vacina antigripal	9.867,00	16/05/2025
Material	Contratação de empresa para prestação de produção de materiais gráficos	120.000,00	30/12/2025
Material	Aquisição de material - sabonete antisséptico	7.500,00	31/07/2025
Material	Assinatura do Jornal O Estado de São Paulo (6 acessos)	3.000,00	31/07/2025
Material	Aquisição de material - papel higiênico	50.000,00	30/05/2025
Material	Câmera termográfica - termovisor	50.000,00	04/03/2025
Material	Ar-condicionado e instalação	50.400,00	15/10/2025
Material	Ar-condicionado e instalação	100.000,00	15/10/2025
Material	Trena eletrônica	5.000,00	03/02/2025
Material	Aquisição de Crachás de identificação empregados	165,00	27/03/2025
Material	Aquisição de Crachás de identificação empregados	1.050,00	27/03/2025
Material	Aquisição EPI	152.290,60	30/06/2025
Serviço	XIV Congresso Brasileiro de Regulação e Expo/ABAR	200.000,00	21/05/2025
Serviço	Contratação de empresa para prestação de serviços de pequenas reformas	100.000,00	01/07/2025
Serviço	Participação da ARSESP - ABES - Congresso Brasileiro de Eng. Sanitária e Ambiental	10.000,00	21/05/2025

Categoria do Item	Nome da Futura Contratação	Valor Total Estimado (R\$)	Data Desejada
Serviço	Treinamento sobre Gestão e Fiscalização de contratos administrativos	27.000,00	30/05/2025
Serviço	Serviço de consultoria técnica	100.000,00	30/10/2025
Serviço	Cursos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos	5.000,00	03/02/2025
Serviço	Contratação técnica especializada em diagnóstico e implementação de soluções de TIC	300.000,00	03/10/2025
Serviço	Contratação de empresa para remanejamento da cobertura da churrasqueira	50.000,00	20/11/2025
Serviço	Guarda e transporte de documentos	47.000,00	30/09/2025
Serviço	Treinamento sobre Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.	7.500,00	30/09/2025
Serviço	ABES - Brazil Water Week	10.000,00	24/04/2025
Serviço	Serviço de fiscalização por drone	1.000.000,00	07/11/2025
Serviço	Treinamento para Formação de Pregoeiro	12.000,00	30/05/2025
Serviço	Treinamento sobre a Nova Lei de Licitações	12.000,00	30/04/2025
Serviço	ABES - Congresso Internacional de Resíduos Sólidos	10.000,00	22/05/2025
Serviço	FENACONP - Congresso Nacional de Consórcios Públicos e Municípios	182.000,00	24/06/2025
Serviço	Canal de denúncias: etapas para implantação e gestão	4.000,00	30/09/2025
Serviço	Treinamento em Departamento Pessoal da Administração Pública.	5.400,00	30/04/2025
Serviço	Contratação de serviços de montagem	400.000,00	15/05/2025
Serviço	Contratação de empresa para prestação de serviços de jardinagem para a sede da Arsesp	24.000,00	08/10/2025
Serviço	8ª CONEXIDADES - PATROCINIO	40.000,00	24/06/2025
Serviço	Congresso Regional de Municípios da AMA - Associação dos Municípios Araraquarenses	70.000,00	17/06/2025
Serviço	Auditoria/Certificação ACERTAR	250.000,00	10/12/2025
Serviço	Serviços de apoio na verificação do laudo de avaliação de ativos	1.000.000,00	30/06/2025
Serviço	Treinamento sobre e-Social e assuntos correlatos, com ênfase no setor público.	9.000,00	29/04/2025
Serviço	Congresso sobre gestão tributária na adm. Publica - Gerência Orçamentária e Financeira	4.000,00	31/12/2025
Serviço	Congresso sobre gestão tributária na adm. Publica - Gerência Orçamentária e Financeira	12.000,00	31/12/2025
Serviço	Contratar Treinamento com certificação NR-06	20.000,00	30/06/2025
Serviço	Curso - CAPACITAÇÃO EM LINGUAGEM SIMPLES	60.000,00	31/12/2025
Serviço	Treinamento na Norma Regulamentadora nº 20 - Seg.e Saúde do Trabalho com Inflamáveis	2.843,50	15/12/2025
Serviço	Assinatura dos programas Adobe In-design, Photoshop, Illustrator e Adobe Premiere Pro	10.000,00	30/12/2025
Serviço	Treinamento sobre Gestão de Pessoas e rotinas de RH com foco no serviço público.	12.000,00	29/08/2025
Serviço	Treinamento sobre liderança para gestores	115.000,00	30/07/2025

Categoria do Item	Nome da Futura Contratação	Valor Total Estimado (R\$)	Data Desejada
Serviço	Treinamento sobre Integridade, governança e compliance na administração pública.	12.000,00	29/08/2025
Serviço	Publicação de edital de jornal de grande circulação	15.000,00	31/03/2025
Serviço	Bloomberg Finance	190.000,00	09/12/2025
Serviço	Serviço de Consultoria para CRM atendimento aos cidadãos	400.000,00	24/11/2025
Serviço	Acesso ao Portal Canal Energia (2 acessos)	1.900,00	28/02/2025
Serviço	Serviço de assistência odontológica	755.736,90	30/04/2025
Serviço	Serviço de fornecimento de Vale-alimentação	11.704.371,00	30/04/2025
Serviço	Serviço de dedetização	4.800,00	30/09/2025
Serviço	Contratação de assinatura de Banco de Imagens	12.000,00	29/12/2025
Serviço	Emissão de passagens aéreas	620.000,00	15/10/2025
Serviço	Serviço de atualização das plantas do edifício da sede da Arsesp	200.000,00	01/08/2025
Serviço	Contratação de empresa avaliadora de ativos para certificação anual	1.000.000,00	15/07/2025
Serviço	Assinatura digital do Jornal Folha de São Paulo (6 acessos).	2.400,00	31/07/2025
Serviço	Contratação de empresa especializada e homologada pelo WhatsApp Business API	5.000,00	30/07/2025
Serviço	Serviço de acessibilidade - tradução libras	180.000,00	30/06/2025
Serviço	Assinatura jornal O Globo	4.700,00	15/04/2025
Serviço	Serviço de fornecimento e administração de Vale-Refeição	16.050.159,00	30/04/2025
Serviço	Serviços de atendimento multicanal, destinados à Central de Atendimento do SAU-ARSESP	7.200.000,00	31/03/2025
Serviço	Suporte técnico manutenção preventiva e corretiva para sistema de Nobreaks da Arsesp	370.000,00	19/12/2025
Serviço	Curso de especialização com ênfase em inteligência artificial	20.000,00	24/04/2025
Serviço	Serviço de renovação Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)	20.000,00	10/02/2025
Serviço	Congresso Estadual de Municípios - CEM - APM	200.000,00	22/04/2025
Serviço	Prestação de serviços de assistência médico-hospitalar	37.635.840,00	30/04/2025
Serviço	Serviço de seguro predial arsesp	300.000,00	01/04/2025
Serviço	Serviço de certificação NR-10	42.394,00	28/03/2025
Serviço	Anuidade ABAR	35.000,00	25/02/2025
Serviço	Anuidade ABES	2.500,00	24/03/2025
Serviço	Energia Elétrica	130.138,00	18/09/2025

Categoria do Item	Nome da Futura Contratação	Valor Total Estimado (R\$)	Data Desejada
Serviço	Energia Elétrica	117.621,00	18/09/2025
Serviço	Congresso - VI CONEPETRO 2025	12.000,00	17/02/2025
Serviço	ABES - 22º Silubesa - Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental	10.000,00	22/08/2025
Serviço	Congresso Sul-Americano de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade	5.000,00	07/04/2025
Serviço	Congresso Brasileiro de Ouvidores 2024	12.500,00	29/08/2025
Serviço	ENASE - Encontro Nacional de Agentes do Setor de Energia Elétrica	50.000,00	03/06/2025
Serviço	Seminário sobre temas econômico-financeiros	10.000,00	10/12/2025
Serviço	Contratação de treinamento de Microsoft Dynamics	5.000,00	27/05/2025
Serviço	Congresso Nacional de Saneamento da ASSEMAE 2025	12.500,00	30/04/2025
Serviço	SENDI - Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica	50.000,00	30/06/2025
Serviço	Seminário sobre regulação tarifária	10.000,00	10/12/2025
Serviço	Fórum Saneamento	10.000,00	30/04/2025
Serviço	Fórum Novo Saneamento - HIRIA	40.000,00	21/05/2025
Serviço	Congresso sobre regulação tarifária	10.000,00	10/12/2025
Serviço	Congresso - 3º ESG Energia e Negócios IBP- 2025	15.000,00	06/01/2025
Serviço	20º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação	10.602,00	28/03/2025
Serviço	Congresso sobre temas econômico-financeiros	10.000,00	10/12/2025
Serviço	Seminário - Regulação tarifária de serviços públicos - Quantum	65.000,00	10/12/2025
Serviço	ABES - Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento - PNQS	8.000,00	22/10/2025
Serviço	XXVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos	12.000,00	01/08/2025
Serviço	Encontro Nacional de Águas Urbanas (ENAU)	6.000,00	29/07/2025
Serviço	Participação no 39º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo	30.000,00	29/07/2025
Serviço	Rio Pipeline 2025	20.000,00	01/07/2025
Serviço	Gás e Energy Week 2025.	18.000,00	01/07/2025
Serviço	Oil e Gas Summit Ceará 2025	15.000,00	02/01/2025
Serviço	Rio Oil & Gás 2025	15.000,00	01/07/2025
Serviço	Acesso normas ABNT	4.000,00	02/06/2025
Serviço	Contratação de Seguro de Vida em grupo para uma quantidade estimada de 258 vidas.	1.296.500,52	30/06/2025
Serviço	Curso in company NLLC	160.000,00	20/02/2025

Categoria do Item	Nome da Futura Contratação	Valor Total Estimado (R\$)	Data Desejada
Serviço	Serviço de Consultoria crédito PIS/COFINS	150.000,00	30/06/2025
Serviço	Serviço Banca de Concurso	1.500.000,00	04/04/2025
Serviço	Serviço de Copeiragem	840.000,00	15/05/2025
Soluções de TIC	Contratação de Plataforma como Serviço - PAAS Middleware com Serviços de Middleware	120.000,00	19/12/2025
Soluções de TIC	Contratação de treinamento para serviços de hospedagem em nuvem	5.000,00	30/06/2025
Soluções de TIC	Contratação de serviços especializados para o desenvolvimento de uma solução de BI	4.455.987,30	30/12/2025
Soluções de TIC	Sistema de Controle de Materiais - SAM Materiais	15.000,00	21/10/2025
Soluções de TIC	Aquisição de Desktops para a Arsesp.	3.000.000,00	29/12/2025
Soluções de TIC	Solução de conectividade sem fio (Wifi) antenas, software de gerenciamento e licenças	600.000,00	18/12/2025
Soluções de TIC	Suporte técnico especializado e manutenção do Firewall da Arsesp	250.000,00	18/12/2025
Soluções de TIC	Outsourcing Prestação de Serviços de Informática.	1.062.513,90	29/12/2025
Soluções de TIC	Telefonia fixa comutada	125.000,00	03/01/2025
Soluções de TIC	Contratação de prestação de serviços de impressão e reprografia corporativa	80.000,00	18/12/2025
Soluções de TIC	Aquisição de equipamento de informática tablet	300.000,00	03/06/2025
Soluções de TIC	Aquisição de Switches para a rede de dados da Arsesp	1.000.000,00	19/12/2025
Soluções de TIC	Locação de notebooks para uso corporativo.	100.000,00	18/12/2025
Soluções de TIC	Contratação de serviços especializados para o desenvolvimento de uma solução de BI	2.318.011,92	29/12/2025
Soluções de TIC	Uso da Plataforma SEI/SP	5.000,00	01/07/2025
Soluções de TIC	Certificado Digital	47.600,00	07/01/2025
Soluções de TIC	Certificado Digital	22.100,00	07/01/2025
Soluções de TIC	Certificado Digital	300,00	07/01/2025
Soluções de TIC	Contratação de Plataforma como Serviço - PAAS Middleware com Ser. de Gestão de Middleware	1.000.000,00	19/12/2025
Soluções de TIC	Serviços de Infraestrutura Virtualizada 'Nuvem' para hospedagem de servidores	1.500.000,00	19/09/2025
Soluções de TIC	Utilização do Pacote Office 365 da Microsoft	1.250.000,00	29/08/2025
Soluções de TIC	Serviço de telefonia fixa 0800 atendimentos ao cidadão	55.000,00	31/07/2025
Soluções de TIC	Serviço web de Controle eletrônico de ponto (jornada de trabalho)	170.000,00	30/04/2025
Soluções de TIC	Outsourcing Impressoras	2.000.000,00	03/02/2025
Soluções de TIC	Suporte em equipamento de wireless	225.000,00	30/09/2025
Soluções de TIC	Audiovisuais salas de reunião com instalação	150.000,00	03/02/2025
Soluções de TIC	Audiovisuais salas de reunião com instalação	100.000,00	03/02/2025

Soluções de TIC	Serviço de Tecnologia de Informação para desenvolvimento do sistema de Protocolo Digital	250.000,00	15/05/2025
Soluções de TIC	Telefonia móvel	45.000,00	14/01/2025
Soluções de TIC	Sistema de Gestão de Estação de Trabalho por Serviço (SaaS)	90.000,00	19/06/2025
Soluções de TIC	Modernização de acesso remoto coworking	400.000,00	17/02/2025
Total		107.350.441,64	

5

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

5. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2025.

ÓRGÃO: 39000 - SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS	Valores em R\$ 1,00
UNIDADE: 39058 - AGÊNCIA REGULADORA DE SERV.PÚBL. EST.-ARSESP	163.788.973
ESFERA: ORÇAMENTO FISCAL	

5.1 PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

- A delegação ou atribuição, à ARSESP, das funções de regulação, controle ou fiscalização de serviços de titularidade federal ou municipal ocorrerá mediante a celebração de contratos, convênios, acordos ou instrumentos equivalentes, junto ao respectivo titular ou a quem o represente, individualmente, organizado em consórcio ou no âmbito de prestação regionalizada;
- Fiscalizar, controlar e regular, no âmbito do Estado, os serviços de: gás canalizado de titularidade estadual; saneamento básico, de titularidade municipal ou compartilhada, de acordo com os limites da competência que lhe for delegada ou atribuída; geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, nos limites da competência que lhe for delegada pela autoridade federal competente; serviços de qualquer natureza, cuja função de fiscalização, controle e regulação lhe seja delegada pelo Poder Executivo estadual ou por outros entes federativos;
- Os instrumentos de delegação, que poderão ser celebrados pelo Estado ou pela ARSESP, deverão indicar os limites, a forma de atuação e a abrangência das atividades da ARSESP, bem como os bens, instalações e equipamentos a ela associados, quando a delegação envolver também a prestação dos serviços;
- As competências de fiscalização, controle e regulação, que venham a ser delegadas, por outros entes federativos, ao Estado serão exercidas por meio da ARSESP, mesmo quando não for delegada ao Estado a prestação dos serviços.
- Competências específicas - respeitadas as competências e prerrogativas federais e municipais:
 - quanto aos serviços de gás canalizado, abrangem tanto as concessionárias do serviço de distribuição quanto as empresas que comercializam gás canalizado junto a usuários livres, as quais constituem sujeitos passivos da correspondente taxa de fiscalização, controle e regulação devida à ARSESP: fixar limitações aos prestadores quanto ao volume de gás canalizado contratado com empresas do mesmo grupo econômico, bem como restrições à integração vertical; disciplinar o acesso não discriminatório de terceiros, mediante o pagamento de tarifa de uso, ao sistema de distribuição de gás canalizado; autorizar a atividade do comercializador de gás natural a usuários livres; homologar a servidão gratuita e permanente de acesso, a partir do gasoduto de transporte, aos dutos de sistema de distribuição de gás canalizado, instituída pelo concessionário em favor de outros distribuidores; autorizar previamente a alienação ou oneração dos bens vinculados à concessão; autorizar as atividades de assessoria, pesquisa e desenvolvimento, a serem financiadas com as receitas provenientes da fiscalização destes serviços;
 - quanto aos serviços de energia: as funções de fiscalização, controle e regulação, incluída a tarifária, que lhe forem delegadas pelo órgão ou entidade federal competente, observado o disposto na Lei Complementar n. 1.413, de 23 de setembro de 2024, e em sua regulamentação, nas leis e regulamentos federais, no instrumento de delegação e nos contratos de outorga celebrados entre o titular e o prestador dos serviços;
 - quanto aos serviços de saneamento básico: cumprir e fazer cumprir os contratos de outorga celebrados entre o titular, ou quem o represente, e o prestador dos serviços; as condições e metas dos planos de saneamento; as diretrizes da legislação nacional e da legislação estadual, bem como as leis municipais aplicáveis aos serviços de saneamento cuja fiscalização e regulação lhe tenham sido delegadas ou atribuídas, nos termos do respectivo instrumento de regência; publicar a plataforma de organização dos serviços, assim compreendido o conjunto de bens e ativos necessários à sua prestação, com a indicação das modalidades de serviços prestados pelo Estado, bem como das instalações e equipamentos que compõem o sistema; homologar, fiscalizar e regular, inclusive sobre questões tarifárias, os contratos de prestação de serviços de fornecimento de água no atacado ou de tratamento de esgoto celebrados entre o prestador regulado e outro prestador; e nos casos dos serviços de saneamento cuja fiscalização e

regulação lhe tenham sido delegadas ou atribuídas, as demais competências previstas no respectivo instrumento de regência; homologar e fiscalizar os contratos de interdependência operados por prestadores de serviços diversos;

- expedir os termos de autorização e de permissão pertinentes aos serviços sob sua regulação que sejam explorados em tais regimes, nos termos das leis e dos regulamentos aplicáveis.

5.2 RESUMO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA	
3937 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE SAO PAULO	163.788.973
FUNÇÃO	
04 - ADMINISTRAÇÃO	2.555.756
17 - SANEAMENTO	139.904.507
25 - ENERGIA	21.328.710
SUBFUNÇÃO	
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	131.798.550
130 - ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	31.990.423
MODALIDADE DE APLICAÇÃO	
090 - APLICAÇÕES DIRETAS	163.788.973

Inclui valores referentes a transferência intragovernamental.

PROGRAMAÇÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA:	3937	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE SAO PAULO	163.788.973
AÇÃO	GRUPO DESPESA	FONTE	
25.130.3937.5755	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA		18.107.276
	PESSOAL E ENCARGOS		16.468.450
		SOCIAIS	
		1.700.50 - Recursos Vinculados - Vinculados Federais	16.468.450
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.638.826
		1.700.50 - Recursos Vinculados - Vinculados Federais	1.638.826
PRODUTO:	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA FISCALIZADAS NO ÂMBITO DO CONVÊNIO COM A ANEEL		
INDICADOR	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DOS PRODUTOS DEMANDADOS CONFORME CONTRATOS DE METAS CELEBRADOS		
DE PRODUTO:	ANUALMENTE COM A ANEEL. (%)		

AÇÃO	GRUPO DESPESA	FONTE	
17.130.3937.5794	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.		2.326.642
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.326.642
		1.501.40 - Recursos Livres - Próprios	2.326.642
PRODUTO:	SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO REGULADOS E FISCALIZADOS		
INDICADOR DE PRODUTO:	NÚMERO DE RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÕES EMITIDOS PELA DIRETORIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BASICO (unidade)		
AÇÃO	GRUPO DESPESA	FONTE	
25.130.3937.5872	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO		3.221.434
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.221.434
		1.501.40 - Recursos Livres - Próprios	3.221.434
PRODUTO:	SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO REGULADOS E FISCALIZADOS		
INDICADOR DE PRODUTO:	NÚMERO DE RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÕES EMITIDOS PELA DIRETORIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO (unidade)		
AÇÃO	GRUPO DESPESA	FONTE	
17.122.3937.6229	GESTÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO		131.798.550
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		68.395.213
		1.501.40 - Recursos Livres - Próprios	68.395.213
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		59.461.927
		1.501.40 - Recursos Livres - Próprios	59.461.913
		1.701.40 - Recursos Vinculados - Próprios	14
	INVESTIMENTOS		3.941.410
		1.501.40 - Recursos Livres - Próprios	3.941.400
		1.754.77 - Recursos Vinculados - Operações De Crédito	10
AÇÃO	GRUPO DESPESA	FONTE	
17.130.3937.6268	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ECON-FIN. E DE MERCADO		5.779.315
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		5.779.315
		1.501.40 - Recursos Livres - Próprios	5.779.315
PRODUTO:	ATIVIDADE DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRAS		
INDICADOR DE PRODUTO:	NÚMERO DE RELATÓRIOS EMITIDOS DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E CONTÁBIL (unidade)		
AÇÃO	GRUPO DESPESA	FONTE	
04.130.3937.6475	REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS NOVOS SERVIÇOS DELEGADOS À ARSESP		2.555.756
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.555.756
		1.501.40 - Recursos Livres - Próprios	2.555.756
PRODUTO:	SERVIÇOS DELEGADOS ATRIBUÍDOS PELA LEI 17.293/2020 REGULADOS E FISCALIZADOS		
INDICADOR DE PRODUTO:	NÚMERO DE RELATÓRIOS E OU, OUTROS DOCUMENTOS EMITIDOS RELATANDO AS ATIVIDADES REALIZADAS SOBRE OS OUTROS SERVIÇOS DELEGADOS PELO PODER EXECUTIVO. (unidade)		

6

INDICADORES E METAS

6. INDICADORES E METAS

6.1 FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

ORÇAMENTO R\$ 18.107.276				
PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO INDICADOR	R.T.A	PERIODO.
3937 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE SAO PAULO				
2273 - SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA FISCALIZADAS NO ÂMBITO DO CONVÊNIO COM A ANEEL	4914 - PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DOS PRODUTOS DEMANDADOS CONFORME CONTRATOS DE METAS CELEBRADOS ANUALMENTE COM A ANEEL.	LOA	M	M
	4919 - NOTA DE QUALIDADE DOS PRODUTOS ENTREGUES À ANEEL PELA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS ENERGÉTICOS.	PPA	M	Q

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	META LOA/LDO
4914	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%
4919	90%			90%			90%			90%			90%

Realizar no mínimo 90% (noventa por cento) das fiscalizações (produtos) demandadas pela ANEEL no âmbito do Contrato de Metas firmado com a Agência Federal, bem como obter no mínimo 90% (noventa por cento) nas avaliações dos produtos entregues, observando os critérios de avaliação estabelecidos pela ANEEL quanto a Prazo, Forma e Conteúdo.

O convênio com a Aneel foi estabelecido para Exercício de 2025, conforme Contrato de Metas nº 006/2025-ANEEL. Processo: 48500.001170/2011-68 e Contrato de Metas nº 005/2025-ANEEL. Processo: 48500.001170/2011-68, cujos os objetos foram respectivamente autorizar para o exercício financeiro de 2025, a execução descentralizada das atividades complementares da Superintendência de Fiscalização Econômica, Financeira e de Mercado – SFF, em regime de gestão associada de serviços públicos, a serem executadas no território do Estado onde se localiza a Agência e a execução descentralizada das atividades complementares da Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica – SFT, em regime de gestão associada de serviços públicos. Observado o disposto no § 2º, do artigo 13, da Resolução Normativa nº 914, de 2021. Vigências: 01/01/2025 a 31/12/2025, nos valores de R\$ 120.173,52 e R\$ 8.699.852,30, respectivamente.

-  Operação e manutenção em ativos de Subestações de Distribuição de Energia Elétrica ou de Demais Instalações de Transmissão - DIT;
-  Operação e manutenção em ativos de Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica;
-  Fiscalizações Técnicas;
-  Fiscalizações Comerciais;
-  Atendimento a Demandas de origem externa;
-  Fiscalizações de caráter emergencial.

Ademais, ressalta-se que a Arsesp tem a possibilidade de custeio de atividades adicionais de fiscalização de serviços de energia elétrica utilizando-se de recursos auferidos pelo Tesouro Estadual ou pela própria Arsesp, conforme parecer favorável da PF/ANEEL sob nº 00203/2024/PFANEEL/PGF/AGU, de 30 de setembro de 2024 e cláusula específica inserida no Contrato de Metas com a SFT/ANEEL.

6.2 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

ORÇAMENTO R\$ 2.326.642				
PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO INDICADOR	R.T.A	PERÍODO.
3937 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE SAO PAULO				
2073 - SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO REGULADOS E FISCALIZADOS	4587 - NÚMERO DE RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÕES EMITIDOS PELA DIRETORIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO	LOA	S	M
	4594 - PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA AGENDA REGULATÓRIA DA DIRETORIA DE SANEAMENTO	PPA	U.V	T

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	META LOA/LDO
4587	15	17	36	53	58	54	78	68	85	64	64	42	634
4594	35%			70%			85%			85%			

Superintendência de Regulação dos Serviços de Saneamento Básico

No tocante às atribuições da regulação de Saneamento, apresenta-se a seguir um quadro resumo sobre os projetos previstos na Agenda Regulatória do biênio 2025-2026, considerando o cenário desafiador abarcado com as novas atribuições estabelecidas na Lei Complementar nº 1.413, de 23/09/2024 e o Contrato de Concessão nº 01/2024 do prestador da Sabesp.

ÁREA	ASSUNTO	PRAZO
Gerência de Regulação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	DS22. Desenvolvimento de Indicador de Conformidade na Execução de Reposição de Pavimento (Icerp)	31/12/2025
Gerência de Regulação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	DS21. Desenvolvimento do Manual de Fiscalização para Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	31/12/2025
Gerência de Regulação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	DS23. Estudo de A&E sobre Soluções Alternativas de Saneamento para áreas rurais e núcleos urbanos informais.	31/12/2025
Gerência de Regulação dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	DS26. Revisão do Manual de Elaboração e Avaliação do Programa de P&D Tecnológico para Inovação em Saneamento Básico	31/09/2025

Gerência de Regulação de Resíduos Sólidos e Drenagem	DS 24 Avaliação do Serviço Adequado para a Prestação dos Serviços Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos.	31/12/2025
Gerência de Regulação de Resíduos Sólidos e Drenagem	DS 25 Publicação de um guia contendo as diretrizes regulatórias mínimas para o planejamento, articulação com outros instrumentos para a prestação e para a gestão dos serviços públicos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	31/12/2025

Estão previstos 6 projetos na agenda supracitada, sendo 4 da área de abastecimento de água e esgotamento sanitário e 2 da área de resíduos sólidos e drenagem. Tendo em vista a meta estabelecida de 85% de cumprimento da agenda regulatória da Diretoria de Saneamento, espera-se lograr êxito na execução de 5 projetos.

Complementarmente, estão previstos dentro do escopo de atividades da regulação:

-  Revisar as normas regulatórias vigentes para atender às normas de referência;
-  Elaborar normas para a prestação dos serviços de saneamento básico, estabelecendo padrões de serviço adequado;
-  Elaborar pareceres e relatórios técnicos, em resposta às demandas de usuários, MP, prefeituras, ouvidoria, SAU e demais públicos;
-  Aquisição de lixeiras e contêineres para Coleta Seletiva – Valor R\$ 20.000.00.

Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico

Plano Anual de Fiscalização

Os quantitativos totais de ações de fiscalização das unidades foram consolidados na tabela a seguir e serão detalhados nos próximos tópicos.

Tabela 2. Ações de Fiscalização Previstas

Unidades Organizacionais	Ações de fiscalização	
	<i>De Campo (in loco)</i>	Remotas
Gerência de Fiscalização	496	115

Considerando os eixos temáticos, vale destacar que, em complemento aos quantitativos previstos acima, foram incluídas no plano de fiscalização de 2025:

-  3 Fiscalizações na área de resíduos sólidos;
-  12 Fiscalizações de Metas;
-  8 Fiscalizações de Investimentos;

Total de ações fiscalizatórias: 634

6.3 DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO

ORÇAMENTO R\$ 3.221.434				
PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO INDICADOR	R.T.A	PERIODO.
3937 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE SAO PAULO				
2206 - SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO REGULADOS E FISCALIZADOS	4824 - NÚMERO DE RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÕES EMITIDOS PELA DIRETORIA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO	LOA	S	M
	4825 - ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DA AGENDA REGULATÓRIA DA DIRETORIA DE GÁS CANALIZADO	PPA	U.V	T

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	META LOA/LDO
4824	26	29	28	30	30	28	27	29	29	29	27	25	337
4825	25%			25%			25%			15%			90%

Superintendência de Regulação dos Serviços de Gás Canalizado

Esta seção tem por objetivo estabelecer as metas do plano anual de regulação da Superintendência de Regulação de Gás Canalizado.

Conforme a tabela abaixo, planeja-se realizar o total de XX ações ao longo do ano de 2025.

A Superintendência de Regulação de Gás Canalizado tem por objetivo fiscalizar e regular através do plano anual de metas. A Arsesp é responsável pelo conjunto de regulamentos no Estado de São Paulo que visa garantir o incentivo à competitividade, à eficiência e a modicidade tarifária, observando o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Dentre estas ações destacamos os assuntos que serão tratados com prioridade, pois são temas extremamente relevantes para o setor energético, através de acompanhamento, bem como em eventos ao longo do ano de 2025.

(Contratos de Compra e Venda) Os contratos de suprimento são fundamentais para a estruturação e a estabilidade do setor, seja ao integrar o biometano, ou para impulsionar a competitividade no mercado livre, oferecendo opções diversas aos usuários. Os ajustes destes contratos são fundamentais para refletir a evolução das demandas de energias renováveis.

(TRSP) - O Terminal de Regaseificação de São Paulo (TRSP) que se trata de uma instalação de extrema importância no setor de gás natural no Brasil, localizada no estado de São Paulo. Ele desempenha um papel importante na cadeia de abastecimento de gás natural, especialmente quando se fala em diversificação e aumento da matriz energética.

(Biometano) - A Interconexão de Biometano - TUI Santa Cruz que se trata de uma iniciativa estratégica voltada

para a integração do biometano à rede de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo. Essa infraestrutura estabelece os procedimentos técnicos e comerciais para conectar produtores de biometano à rede existente de gás natural canalizado. O biometano é uma fonte de energia renovável, sustentável que contribui para a descarbonização do setor energético.

(Mercado Livre) - A migração para o Mercado Livre de Gás se tornou um dos assuntos mais relevantes relacionados ao setor energético brasileiro nos últimos anos. Esse modelo de comercialização permite que grandes consumidores, como indústrias e geradoras de energia, escolham seus fornecedores de gás natural diretamente, trazendo maior competitividade e dinamismo ao mercado. A Arsesp foi pioneira e desempenha um papel fundamental garantindo transparência, fiscalização, regulação e harmonização do gás canalizado para todos os setores. A Arsesp tem o compromisso de diversificar a matriz energética do estado de São Paulo com inserção de energias renováveis.

A Deliberação Arsesp 744/2017 apresenta inovações visando fomentar o mercado de Biometano no Estado de SP.

No tocante Realização de 30 ações de fiscalização da conformidade entre os projetos de P&D, bem como nos programas comerciais das concessionárias e cumprimento do contrato de concessão.

Gerência	ESCOPO
GRPD	Projeto 272.6: Interligação SWAP
GRRC	Novos Serviços Correlatos e Acessórios (acompanhamento de atividade em campo) da Comgás.
GRPD	Projeto 48 - Gás Pré-Pago
GRPD	Interconexão Biometano - TUI COPI
GRRC	Programa Casas com Piscina. Fiscalização 1 de 3.
GRPD	Projeto 315 - Sistema Suporte Decisão
GRRC	Atividades Correlatas e Acessórias - Necta.
GRPD	Projeto 311 - District Heating

GRPD	Programa Comercial - SMART METERS
GRRC	Programa Casas com Piscina. Fiscalização 2 de 3.
GRPD	Projeto 308 - GN Indústria Cerâmica
GRPD	Terminal de Regaseificação - TRSP - Visita Técnica
GRRC	Programa de Expansão - Mercado Residencial Necta.
GRPD	Projeto 310 - Impacto Ambiental GN
GRPD	White Martins - (Investimentos na construção do City Gate)
GRRC	Programa Casas com Piscina. Fiscalização 3 de 3.
GRPD	Projeto 295 - Bombas de Calor
GRRC	Programa de Expansão - Mercado Comercial. Necta.
GRPD	Projeto 320 - Selo Eficiência Caldeiras
GRPD	Interconexão Biometano -TUI Paulínia Verde
GRRC	Programa de Captação de Clientes com Central de Água Quente (Caldeira). Fiscalização 1 de 3.
GRPD	Projeto 273 - Nac. Smart Meters
GRRC	Políticas Comerciais - Naturgy.

GRPD	Projeto 306 - Usina Biometano Média Escala
GRPD	Interconexão Biometano - TUI Santa Cruz
GRRC	Programa de Captação de Clientes com Central de Água Quente (Caldeira). Fiscalização 2 de 3.
GRPD	Projeto Ciclo 24/25 - Próx. Ciclo (a definir)
GRRC	Fiscalização estação de Tambaú (retorno).
GRPD	Projeto Ciclo 24/25 - Próx. Ciclo (a definir)
GRRC	Programa de Captação de Clientes com Central de Água Quente (Caldeira). Fiscalização 3 de 3.

A Agenda Regulatória da Arsesp incluiu ações focadas na melhoria dos serviços de gás canalizado no Estado de São Paulo. Abaixo segue breve resumo das ações regulatórias em tela:

ÁREA	ASSUNTO	PRAZO
Gerência de Regulação dos Serviços de Gás Canalizado	<u>DG10. Estudo sobre a Interligação das Áreas de Concessão:</u> Objetivo desta ação é estudar e avaliar as alternativas e dificuldades para interligar as áreas de concessão no Estado de São Paulo.	31/12/2025
Gerência de Regulação dos Serviços de Gás Canalizado	<u>DG12. Estudos para a Definição e o Delineamento dos Tipos de Swap :</u> Esta ação tem por finalidade identificar os possíveis modelos para operações de swap para gás natural e biometano, previstas na Deliberação Arsesp nº 1.105/2020, a fim de delinear a regulação necessária, em conformidade às suas condições contratuais, comerciais e operacionais.	31/12/2025
Gerência de Regulação dos Serviços de Gás Canalizado	<u>DG14. Revisão da Deliberação Arsesp nº 1.243/2021 :</u> O foco principal desta ação é aprimorar os procedimentos para aquisição de gás, pelas concessionárias, para abastecer o mercado regulado.	31/12/2024
Gerência de Regulação dos Serviços de Gás Canalizado	<u>DG16. Estudos sobre a Regulação e a Modelagem dos Projetos para Inserção de Biometano nas Redes de Gás Canalizado:</u> Esta ação tem por objetivo desenvolver estudos sobre a regulação e a modelagem dos projetos que visam a inserção de biometano nas redes de gás canalizado do estado de São Paulo.	31/12/2025

Gerência de Regulação dos Serviços de Gás Canalizado	DG17. <u>Estabelecimento de Modelo Padrão de Termo de Utilização de Interconexão (TUI)</u> : Esta ação tem por objetivo estabelecer um modelo padrão de Termo de Utilização de Interconexão (TUI), a ser celebrado entre o fornecedor de biometano e a concessionária de distribuição de gás, com o objetivo de definir as cláusulas essenciais do instrumento, e as garantias financeiras quanto aos investimentos necessários para a interconexão do fornecedor de biometano à rede de distribuição.	31/12/2026
Gerência de Regulação dos Serviços de Gás Canalizado	DG18. <u>Estudos Regulatórios para ações que Estimulem o Uso de Gás Natural e de Biometano como Ferramenta Essencial à Transição Energética</u> : Esta ação tem por objetivo elaborar estudos regulatórios para embasar futuras ações de estímulo ao uso de gás natural e de biometano, objetivando a transição energética para substituição de combustíveis e energéticos mais poluentes, como o diesel. Prazo para conclusão 2026.	31/12/2026

Em consonância com o Plano Plurianual (PPA), essas ações visam o atingimento de pelo menos 90% de cumprimento da Agenda Regulatória, considerando a possibilidade de eventuais atrasos devido a fatores externos e imprevistos.

Em 2025, a Superintendência de Gás Canalizado terá participação ativa em eventos voltados ao setor, reforçando sua presença e colaboração com players do mercado. Dentre as iniciativas planejadas, destacamos ações estratégicas para aprimoramento da área de gás canalizado, com foco na entrega de dados consistentes.

Para o alcance desses objetivos, estão previstas as ações conforme segue:

1. **Contratação de Consultoria Especializada:** Realização de pareceres técnicos voltados à revisão e criação de indicadores nos contratos de concessão, promovendo maior transparência e eficiência.
2. **Desenvolvimento de Software com Inteligência Artificial:** Implementação de soluções tecnológicas para monitorar os Indicadores de Segurança das Concessionárias Estaduais, potencializando a análise e gestão de riscos.
3. **Criação de Painéis Dinâmicos:** Contratação de serviço de consultoria técnica para a elaboração de painéis interativos em ferramentas da Arsesp, incluindo transferência de conhecimento para a capacitação da equipe interna.
4. **Estudos Técnicos Específicos:** Apoio consultivo para demandas originadas da Agenda Regulatória 2023/2024, assegurando a continuidade e atualização dos processos regulatórios.

As iniciativas acima elencadas refletem o compromisso da Arsesp em detrimento ao fortalecimento da governança e a regulação no setor, promovendo inovação, eficiência e segurança nos serviços de gás canalizado.

Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Gás Canalizado

Esta seção tem por objetivo estabelecer as metas do plano anual de fiscalização da Superintendência de Fiscalização de Gás Canalizado.

Realizar 307 ações de fiscalização de gás canalizado com o objetivo de monitorar e analisar os indicadores estabelecidos nos Contratos de concessão relacionados à Segurança no Fornecimento, Qualidade do Produto e do Serviço, Qualidade do Atendimento Comercial e demais obrigações que assegurem o cumprimento a adequada prestação desses serviços.

6.4 NOVOS SERVIÇOS DELEGADOS ATRIBUÍDOS PELA LEI 17.293/2020.

ORÇAMENTO R\$ 2.555.756				
PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO INDICADOR	R.T.A	PERIODO.
3937 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE SAO PAULO				
2224 - SERVIÇOS DELEGADOS ATRIBUÍDOS PELA LEI 17.293/2020 REGULADOS E FISCALIZADOS	4865 - NÚMERO DE RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÕES EMITIDOS PELA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS NOVOS SERVIÇOS DELEGADOS.	LOA	S	M
	4868 - (IRC-PE) – INDICADOR DE RESOLUÇÃO DE CONSTATAÇÕES PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO VERIFICADAS EM FISCALIZAÇÃO – PARQUES ESTADUAIS	PPA	U.V	T

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	META LOA/LDO
4865	2		2			2			2			8	
4868	65%	65%	65%	65%	65%	65%	65%	65%	65%	65%	65%	65%	65%

Superintendência de Regulação e Fiscalização de Parcerias (SP).

Realizar 8 fiscalizações programadas referentes ao ano de 2025, além de fiscalizações fundadas em demandas específicas e fiscalizações documentais.

As fiscalizações resultarão em constatações e serão realizadas tratativas com as Concessionárias com o intuito de que sejam regularizadas no menor prazo possível.

Esta seção tem por objetivo apresentar o plano anual de regulação da Superintendência de Regulação e Fiscalização de Parcerias, que desenvolverá as seguintes ações regulatórias ao longo de 2025, através da metodologia de gestão de projetos, para o atingimento da meta de realização da agenda regulatória:

ÁREA	ASSUNTO	PRAZO
Parques e Novos Serviços	DRI 17. Deliberação sobre Atendimento aos Usuários dos Novos Serviços: Qualificar e padronizar o atendimento aos usuários prestado pelas concessionárias dos novos serviços	31/12/2026
Parques e Novos Serviços	DRI 18. Deliberação sobre Padronização de Requisitos Mínimos da Garantia de Execução e das Apólices de Seguros dos Contratos de Concessão dos Novos Serviços Regulados: Estabelecer critérios padronizados para a contratação de garantia de execução e das apólices de seguro pelas concessionárias dos novos serviços regulados pela Arsesp, garantindo a proteção adequada dos bens públicos e a conformidade com as exigências contratuais.	31/12/2025
Parques e Novos Serviços	DRI 19. Deliberação sobre o procedimento e as condições para apuração do desequilíbrio e reequilíbrio econômico-financeiro dos Novos Serviços Regulados: Estabelecer o procedimento e as condições para apuração do desequilíbrio e reequilíbrio econômico-financeiro, incluindo procedimento de natureza cautelar nos contratos de concessão dos Novos Serviços Regulados regulados pela Arsesp.	31/12/2025

6.5 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E DE MERCADOS.

ORÇAMENTO R\$ 5.779.315				
PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO INDICADOR	R.T.A	PERIODO.
3937 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE SAO PAULO				
2191 - ATIVIDADE DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRAS	4800 - NÚMERO DE RELATÓRIOS EMITIDOS DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E CONTÁBIL	LOA	S	M
	4801 - ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DA AGENDA REGULATÓRIA DA DIRETORIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E MERCADOS (DREFM)	PPA	U.V	T

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	META LOA/LDO
4800	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	72
4801	7	14	22	29	36	44	51	58	66	73	80	88	88

Superintendência de Regulação Econômico Financeira e de Mercados

Esta seção tem por objetivo apresentar o plano anual de regulação da Superintendência de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados, que desenvolverá as seguintes ações regulatórias ao longo de 2025, através da metodologia de gestão de projetos, para o atingimento da meta de realização da agenda regulatória:

ÁREA	ASSUNTO	PRAZO
Superintendência de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados	DEF 3. Estudo para Devolução de Créditos Oriundos da Aplicação de PIS/Cofins sobre ICMS nas Faturas de Gás Canalizado: Dar tratamento regulatório aos créditos de PIS/Cofins sobre ICMS obtidos pelas concessionárias de gás canalizado.	31/06/2025
Superintendência de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados	DEF 12. Metodologia de Cálculo do Custo de Capital para os Setores Regulados: Reavaliar as metodologias para definição dos critérios de cálculo do custo médio ponderado de capital (WACC) nos setores de gás canalizado e de custo de capital para saneamento básico.	31/06/2025
Superintendência de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados	DEF 18. Estabelecimento de critérios para reconhecimento tarifário dos Programas Comerciais – Novo Contrato Sabesp: Estabelecer os critérios para reconhecimento tarifário dos descontos praticados a grandes usuários em modificação à Deliberação Arsesp nº 1.150 de 08 de abril de 2021 para a URAE-1	31/06/2025
Superintendência de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados	DEF 19. Regulamentação da cobrança de tarifa de água e esgotamento sanitário pela disponibilidade da rede pública : Disciplinar a forma e os critérios de cobrança de tarifa de água e esgotamento sanitário dos usuários com disponibilidade de rede pública, ainda que não estejam conectados à rede pública, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.445/2007.	31/06/2025

Superintendência de Fiscalização Econômico Financeira e Contábil

Esta seção tem por objetivo apresentar o plano anual de fiscalização da Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira e Contábil.

Conforme a tabela acima, planeja-se emitir 72 relatórios de fiscalização ao longo do ano de 2025, através da realização das seguintes fiscalizações previstas:

- Validação Laudo de Ativos Comgás;
- Validação Laudo de Ativos Naturgy;
- Validação Laudo de Ativos Necta;
- Validação Laudo de Ativos Sabesp;
- Validação Laudo de Ativos SAEG;
- Certificação Anual de Investimentos Sabesp;
- Certificação Anual de Investimentos Comgás;
- Certificação Anual de Investimentos Naturgy;
- Certificação Anual de Investimentos Necta;
- Certificação Anual de Investimentos Águas de Piquete;
- Certificação Anual de Investimentos Águas de Cabrália;
- Certificação Anual de Investimentos SAEG;
- Certificação Anual de Investimentos BRK Santa Gertrudes;
- Certificação Anual de Investimentos Saneaqua Mairinque;
- Fiscalizações P&D/PEE Aneel;
- Fiscalizações de transação entre partes relacionadas – ANEEL;
- Fiscalizações econômico-financeiras/indicadores Parques Estaduais;
- Fiscalizações dos repasses da Sabesp – FMSAIs;
- Fiscalizações dos investimentos realizados pela Sabesp no município de São Paulo.

Além disso, a Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira e Contábil irá desenvolver as seguintes ações regulatórias ao longo de 2025, através da metodologia de gestão de projetos, para o atingimento da meta de realização da agenda regulatória:

ÁREA	ASSUNTO	PRAZO
Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira e de Mercados	DEF 10. Estudo sobre Sanções no Âmbito da Regulação Econômico-financeira: Propor a normatização de aspectos sancionatórios no âmbito da regulação econômico-financeira.	31/12/2025
Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira e de Mercados	DEF 17. Atualização na Metodologia de Certificação Anual de Investimentos do Setor de Saneamento Básico: Atualizar a metodologia de certificação anual de investimentos do setor de saneamento básico, descrita na Deliberação Arsesp nº 1.488/2024, de maneira a adequar às situações e critérios previstos no novo contrato da Sabesp.	31/12/2025
Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira e de Mercados	DEF 20. Atualização e Disponibilização do Manual de Fiscalização Econômico-financeiro e Contábil: Atualizar o Manual de Fiscalização Econômico-financeiro e Contábil e disponibilizar para consulta dos agentes internos e externos.	31/06/2026

6.6 AÇÕES INSTITUCIONAIS E DE RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO.

ORÇAMENTO CONTIDO NAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS				
PRODUTO	INDICADOR DE PRODUTO	TIPO INDICADOR	R.T.A	PERIODO.
3937 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE SAO PAULO				
2057 - CUMPRIMENTO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS E DE RELACIONAMENTO COM USUÁRIOS	4566 - PERCENTUAL DE RECLAMAÇÕES ENCERRADAS NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARSESP	LOA	S	M
	4578 - ÍNDICE DE REALIZAÇÃO DA AGENDA REGULATÓRIA DA DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, PUBLICADA E CONSOLIDADA A PARTIR DE CONSULTA PÚBLICA	PPA	U.V	T

Indicador	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	META LOA/LDO
4566	93,4	93,4	93,4	93,4	93,4	93,4	93,4	93,4	93,4	93,4	93,4	93,4	93,4
4578	22%		44%			66%			88%			88%	

Ouvidoria

A atividade de Ouvidoria Pública está passando por um processo de profunda reformulação no âmbito da Administração Pública Estadual. Inúmeras normas tem sido editadas pelo Poder Executivo Estadual, reforçando o papel da Ouvidoria como órgão de controle e participação social na atividade estatal, atribuindo-se-lhe, ainda, novas responsabilidades. Além disso, no caso específico da ARSESP, a Ouvidoria, que até bem pouco tempo possuía atribuições exclusivamente institucionais, com a reestruturação da Agência, passou a desempenhar também as competências de ouvidoria setorial, modelo híbrido definitivamente consolidado com a edição da Lei Complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024.

Mirando esse novo cenário e com esteio no Plano Estratégico da ARSESP a Ouvidoria apresenta abaixo o conjunto de suas ações previstas para o ano de 2025.

1. Revisão da Deliberação 947/2019 - Estabelece os prazos e procedimentos referentes ao Serviço de Atendimento ao Usuário – SAU-ARSESP;
2. Nova contratação de empresa especializada na prestação de serviços de atendimento multicanal para o SAU;
3. Revisão e atualização dos scripts e árvores de assunto/problema do CALLCENTER;
4. Ampliação dos canais de atendimento aos usuários: início do atendimento pelo Chatbot e Whatsapp para o SAU;
5. Programa de treinamento e capacitação da equipe:
 - 5.1. Curso Online de Capacitação e de Certificação em Ouvidoria/ Ombudsman;
 - 5.2. Canal de Denúncias: Etapas para Implantação e Gestão;

5.3. Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, conforme lei 14.133 de 2021;

5.4. Conciliação e Mediação de Conflitos;

5.5. O Impacto da LGPD nas Ouvidorias.

6. Acessibilização do atendimento telefônico ao usuário com deficiência auditiva;

7. Elaboração e divulgação do Plano de Dados Abertos da ARSESP (atividade coordenada pela Ouvidoria com a participação de todas as áreas);

8. Elaboração do Plano de Ação para atingimento do nível alvo de maturidade definido no primeiro autodiagnóstico realizado com base no Modelo de Maturidade de Ouvidoria Pública;

9. Segunda rodada de avaliação dos serviços da Agência junto aos conselheiros do Conselho de Usuários da ARSESP.

6.7 GESTÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO ADMINISTRATIVO.

ORÇAMENTO R\$ 131.798.550	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	68.395.213
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59.461.927
INVESTIMENTOS	3.941.410

SECRETARIA EXECUTIVA

Gerência Administrativa e Documental

1 - Implementar Portal Digital para recebimento de solicitações/protocolo de documentos.

- Estudo e elaboração de proposta para viabilizar a implantação de um Portal Digital para recebimento de solicitações/protocolo de documento de forma automática.

2 - Encerrar processos físicos do legado Arsesp, para guarda definitiva.

- Levantamento do quantitativo atual;
- Continuidade da execução da ação;
- Registro da evolução da ação;
- Análise da previsão do término da ação

3 - Coordenar a migração de processos físicos de outras diretorias para o SEI.

- Levantamento as pendências de cada diretoria e torná-las cientes da realidade, para que possam viabilizar a migração dos processos físicos.

4 - Implementar o Projeto MDA – Massa Documental Acumulada.

- Estudo de uma forma de implementar tal ação, considerando a estrutura atual da Gerência Administrativa e Documental, que não é suficiente para dar andamento ao Projeto.

5 - Migrar processos encerrados do Sisdoc para o Sharepoint (nuvem).

- Em caso de viabilidade, início do processo de migração, com a equipe da área;
- Registro da evolução por meio de produtividade.

6 - Implementar sistema de RFID para controle patrimonial.

- Levantamento de dados para elaboração de Termo de Referência;
- Apresentação para a Diretoria Colegiada, para aprovação da contratação do serviço.

7 - Revisar itens de material do Amoxarifado.

- Levantamento dos itens de Almoxarifado;
- Avaliação das saídas nos últimos 2 anos.
- Definição dos itens que serão descontinuados.

8 - Tornar efetiva a realização das compras do PCA, referentes à Gerência Administrativa e Documental.

- Revisar as contratações previstas de 2024, para a Gerência Administrativa e Documental, com vistas a avaliar se também são necessárias para 2025;
- Avaliar se o que não foi realizado causou algum prejuízo à Administração.
- Avaliar, conforme a demanda, se é possível comprar por miúdas;
- Acompanhar e tornar efetivo o PCA 2025, respeitando os prazos pré-definidos;
- Definir o que realmente for necessário constar no PCA 2026.

Gerência de Contratações

1 - Ações para formação do Plano de Contratações Anual de 2026, que deve ser publicado até 30 de junho do ano anterior, esta atividade consistirá inicialmente em promover um workshop com pessoas indicadas pelas respectivas Superintendências, com o intuito de os orientar sobre os procedimentos e os prazos para realização da formalização de suas Demandas no Sistema compras.gov.br, para que esta ação se consolide na cultura da Agência, haja vista tratar-se de uma exigência legal introduzida pela NLLC, obrigatória a partir do presente ano (2024).

2 - Ação de implementação na Gerência os fluxos e formalizações que serão introduzidos através do projeto desenvolvido pela Assessoria da Secretaria Executiva que contempla, detalhadamente, os agentes responsáveis e todos os passos de cada uma das formas de contratação, que introduzirá modelos, fluxos e prazos de execução de cada uma das fases em um processo de contratação, quais sejam: Planejamento da Contratação, Processo de Contratação (licitação ou direta) e Gestão Contratual.

3 - Ação de aprimoramento do controle dos prazos das contratações em execução principalmente relacionadas a serviços de prestação continuada, para mitigar riscos em sua descontinuidade.

4 - Ação de aprimoramento da interação com a Gerência Administrativa responsável pelo almoxarifado dos bens de consumo, para que consigamos identificar com mais precisão o momento de se iniciar a nova compra, mitigando riscos no esgotamento de estoque.

5 - Ação de realizar todas as contratações previstas no Plano de Contratação Anual 2025, conforme foi aprovado e publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas:

Data da publicação no PNCP: 28/06/2024

Esfera: Estadual

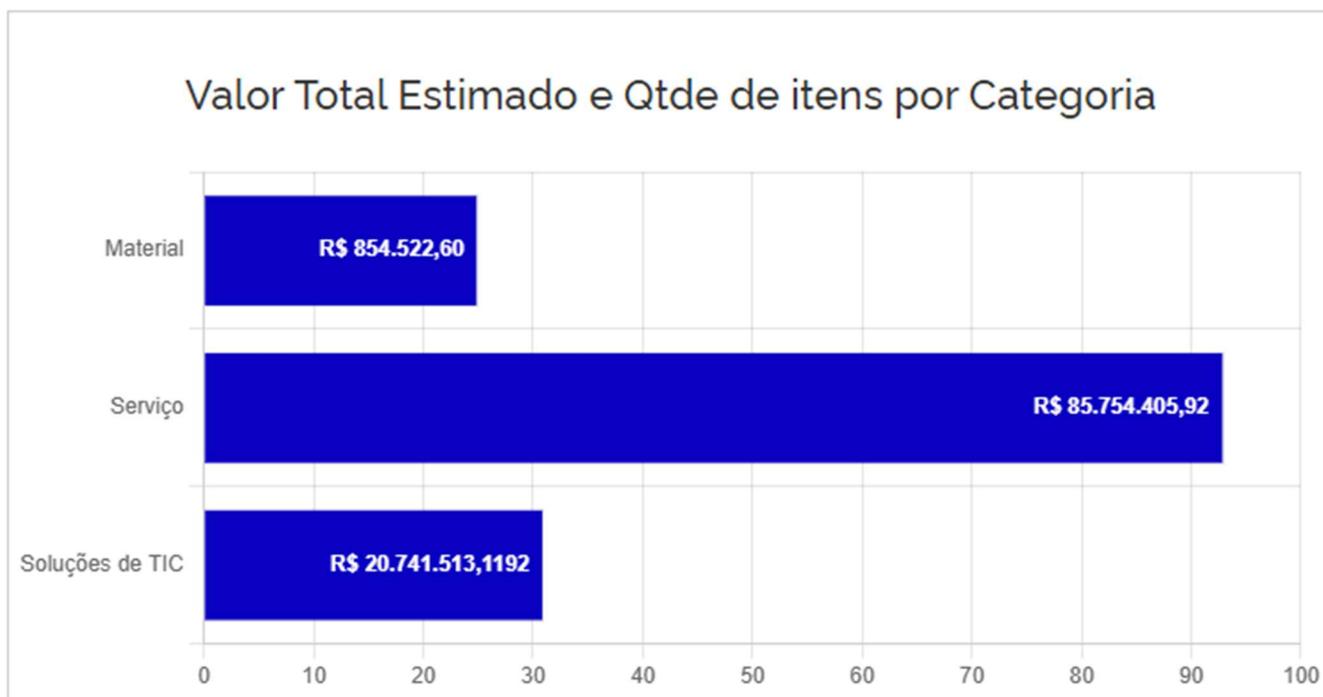
Poder: Executivo

VALOR TOTAL ESTIMADO

R\$ 107.350.441,6392

QUANTIDADE DE ITENS

149



Gerência de Planejamento e Recursos Humanos

01 – Realização dos seguintes processos de avaliação de desempenho e evolução funcional:

- 6º Avaliação de Desempenho da ARSESP;
- 4º Processo de Progressão;
- 4º Processo de Promoção.

02 – Realização de todos procedimentos necessários para a adequação do vínculo funcional em virtude da publicação da Lei Complementar nº 1.413/ 2024, incluindo admissões, demissões, suspensões de contratos, envio de consultas à UCRH e NDP, bem como adequação de rotinas internas para se adequar às exigências da LEI COMPLEMENTAR Nº 1.395/2023 e do futuro decreto regulamentar a ser publicado em breve.

03 – Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, que tratá significativos impactos positivos tanto para as rotinas de trabalho da Gerência de Recursos Humanos, como para todos os empregados, que contarão com diversos serviços disponibilizados no Portal.

04 – Retomada do projeto junto à Fundação Carlos Alberto Vanzolini, de Serviços Técnicos de Apoio para Reestruturação da Área Recursos Humanos, que possibilitará o mapeamento e a melhoria de todos os processos que fazem parte das rotinas de RH, bem como a confecção de guias e manuais que auxiliarão a toda a equipe da ARSESP no desenvolvimento de atividades relacionadas à área de Recursos Humanos;

05 – Divulgação do Documento Orientador de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento da ARSESP, o qual contará com informações e orientações detalhadas sobre todos os tipos de solicitações de capacitação, modelos de formulários, passo a passo e 'checklists'. O objetivo da Gerência de Planejamento e Recursos Humanos, a partir da publicação da DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1.601, de 08 de novembro de 2024, que será complementada pelo Documento Orientador, é a contribuir para aumento da qualificação técnica e o aperfeiçoamento dos recursos humanos de seu quadro de pessoal, de forma eficiente e eficaz.

07 – Continuidade na contratação de estagiários, de modo a completar o quadro existente hoje, considerando a rotatividade de estagiários devido a vários fatores (prazo de contrato, conclusão do curso, dentre outros).

08 – Realização de concurso público para contratação de analistas e especialistas, o qual já se encontra aprovado pelo governador.

10 – Realização de ações de conscientização sobre assédio moral e sexual, as quais deverão ocorrer ao longo de todo o ano de 2025.

11 – Continuidade nos contratos de assistência médica, assistência odontológica, vale alimentação, vale refeição, seguro de vida, segurança e medicina do trabalho e processamento de folha de pagamento.

12 – Realização de pesquisa de clima organizacional, idealizada pela CIPA, com apoio da Gerência de Planejamento e Recursos Humanos.

Gerência Financeira

- 1 – Atualizar os documentos orientadores de processos tramitados ao financeiro para pagamento, reserva, empenho e cálculo de aditivos;
- 2 – Treinamento para a equipe: Nova lei de licitações, tributário, finanças e Excel;
- 3 – Redesenhar o sistema de custos por superintendência, para ajustar-se a nova lei das Agências Reguladoras;
- 4 – Coordenar a implantação dos relatórios de controle das atividades estabelecidas no Plano Estratégico e no Plano de Atividades Anual;
- 5 – Emitir as Demonstrações Financeiras da Arsesp - Exercício 2024;
- 6 – Gerir a gestão e execução orçamentária e financeira das atividades da Arsesp;
- 7 – Apoiar e participar da implantação do e-social;
- 8 – Desenvolver, atualizar e divulgar painéis gerenciais das informações orçamentária e financeiras da Arsesp;
- 9 – Acompanhar e monitorar a execução do PPA e das metas através do SIMPA;
- 10 – Prestar contas aos órgãos de controle externo;
- 11 – Coordenar ações e propostas da Bonificação por Resultados com todas as áreas;
- 12 – Gerenciar, atualizar e controlar os sistemas de controle e gestão governamental: Planejamento (Sistema de Alteração Orçamentária - SAO, Sistema Integrado de Receitas - SIR, e-TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, Sistema de Fluxo de Caixa - SIEDESC, Portal da Transparência e Contabiliza – SIAFEM e SIAFISIC);
- 13 – Realizar a gestão e executar todas as obrigações principais e acessórias (emitir as declarações fiscais e envio de informações para todas as esferas titulares: federal, estadual e municipal) de todos os tributos incidentes sobre os serviços recebidos e prestados pela Arsesp, e atividades realizadas;
- 14 – Acompanhar e manter atualizada de toda legislação tributária e fiscal de todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), e de seus órgãos reguladores (INSS, Receita Federal, Caixa Econômica Federal, CFC, Secretária da Fazenda entre outros).

6.8 INDICADORES DE RESULTADO DO PROGRAMA

3937 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE SÃO PAULO			
INDICADOR DE RESULTADO	R.T.A	PERIOD.	META 2025
4519 - ÍNDICE MÉDIO ANUAL DE RECLAMAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO A CADA 10 MIL ECONOMAIS DE ÁGUA (unidade)	N.A	A	3
4521 - ÍNDICE MÉDIO ANUAL DE RECLAMAÇÃO DE GÁS CANALIZADO A CADA 10 MIL USUÁRIOS (unidade)	N.A	A	11,5
4889 - DEC (DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA) GLOBAL DO ESTADO DE SÃO PAULO FRENTE AOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA ANEEL (unidade)	N.A	A	6,74
4894 - FEC (FREQUENCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA) GLOBAL DO ESTADO DE SÃO PAULO FRENTE AOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA ANEEL (unidade)	N.A	A	5,01

Os indicadores de resultados definidos no Plano Plurianual (PPA) da ARSESP representam os objetivos estratégicos da agência e refletem os impactos esperados na regulação e fiscalização dos serviços públicos sob sua responsabilidade. Para alcançá-los, a execução dos produtos detalhados neste capítulo, desempenham um papel fundamental, uma vez que cada produto está diretamente relacionado às metas estipuladas e às ações que tem por objetivo a melhoria na qualidade do serviço público prestado.

A execução dos produtos do PPA envolve a implementação de projetos, programas e atividades que estão alinhados aos eixos estratégicos da ARSESP, permitindo que as ações sejam transformadas em resultados tangíveis. Por exemplo, a elaboração de normativas regulatórias, a fiscalização de contratos de concessão e a realização de estudos técnicos de aprimoramento setorial atualizados diretamente para indicadores como o aumento da qualidade dos serviços, a ampliação da cobertura de saneamento básico ou a melhoria na eficiência operacional dos serviços

Cada produto listado executado gera ganhos ou realizações que impactam os resultados esperados. Por meio do monitoramento contínuo e da avaliação periódica do desempenho dos indicadores, a ARSESP garante a integração entre a execução operacional e o alcance dos resultados estratégicos. Assim, a gestão do PPA não apenas orienta os esforços institucionais, mas também permite ajustes tempestivos para garantir que os produtos planejados incluam contribuição eficaz para os resultados

Dessa forma, a relação entre as ações que serão desenvolvidas no decorrer do exercício e os indicadores de resultado reflete a capacidade da ARSESP de cumprir sua missão institucional, proporcionando benefícios concretos para a sociedade e garantindo a transparência e a eficiência de suas ações.

7. GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABAR: Associação Brasileira de Agências de Regulação

ABES: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACERTAR: Auditoria/Certificação

AMA: Associação dos Municípios Araraquarenses

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica

ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

APM: Associação Paulista de Municípios

ARSESP: Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo

AVCB: Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros

BI: Business Intelligence

BRK: BRK Ambiental

CALLCENTER: Central de Atendimento Telefônico

CCI: Centro de Controle de Informações

CCO: Centro de Controle de Operações

CEM: Congresso Estadual de Municípios

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

COETIC: Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação

Comgás: Companhia de Gás de São Paulo

COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CRM: Customer Relationship Management (Gestão de Relacionamento com o Cliente)

CUSD: Contrato de Uso do Sistema de Distribuição

DEF: Diretoria de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados

DEE: Diretoria de Energia Elétrica

DIT: Demais Instalações de Transmissão

DRI: Diretoria de Relações Institucionais

DREFM: Diretoria de Regulação Econômico-Financeira e de Mercados

DS: Diretoria Técnica de Serviços de Saneamento Básico

EPE: Empresa de Pesquisa Energética

EPI: Equipamento de Proteção Individual

Espro: Escritório de Projetos da Arsesp

FENACONP: Federação Nacional dos Consórcios Públicos

FIA: Fundação Instituto de Administração

FMSAIs: Fundos Municipais de Saneamento Ambiental e Infraestrutura

GLPI: Gestão Livre de Parque de Informática

GN: Gás Natural

GRPD: Gerência de Regulação de Projetos e Desenvolvimento

GRRC: Gerência de Regulação de Relações Comerciais

GT: Grupo de Trabalho

HIRIA: Fórum Novo Saneamento

IBP: Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

ICTEM: Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

Inmetro: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados

LOA: Lei Orçamentária Anual

LS: Linguagem Simples

MP: Ministério Público

NDP: Núcleo de Desenvolvimento de Pessoas

Necta: Necta Gás Natural S.A.

NLLC: Nova Lei de Licitações e Contratos

NR-06: Norma Regulamentadora nº 06

NR-10: Norma Regulamentadora nº 10

NR-20: Norma Regulamentadora nº 20

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico

OUV: Ouvidoria

P&D: Pesquisa e Desenvolvimento

PCA: Plano de Contratações Anual

PDA: Plano de Dados Abertos

PDI: Plano de Desenvolvimento Profissional

PDTI: Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PEE: Programa de Eficiência Energética

PF/ANEEL: Procuradoria Federal junto à ANEEL

PGA: Plano de Gestão Anual

PIS: Programa de Integração Social

PNQS: Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento

PROCALT: Procedimento de Cálculo Tarifário

RH: Recursos Humanos

RTO: Revisão Tarifária Ordinária

SAE: Superintendência de Assuntos Energéticos

SAEG: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos

SAFI: Sistema de Apoio à Fiscalização

SAU: Serviço de Atendimento ao Usuário

SEI: Sistema Eletrônico de Informações

SEMIL: Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo

SIAFEM: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios

SIAFISIC: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - Sistema de Contabilidade

SIEDESC: Sistema de Fluxo de Caixa

SIMPA: Sistema de Monitoramento do PPA

SIR: Sistema Integrado de Receitas

SISDOC: Sistema de Gestão Documental

SMA: Secretaria do Meio Ambiente

SP: São Paulo

SRG: Superintendência de Regulação Técnica de Gás Canalizado

SRSB: Superintendência de Técnica de Saneamento Básico

SWAP: Troca de ativos financeiros. Swap é uma operação financeira que consiste na troca de rentabilidade e riscos entre duas partes

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TDG: Transformação Digital

TRSP: Terminal de Regaseificação de São Paulo

TUI: Termo de Utilização de Interconexão

URAE-1: Unidade Regional de Atendimento Especializado 1

WACC: Weighted Average Cost of Capital (Custo Médio Ponderado de Capital).